

As origens do megalitismo funerário alentejano. Revisitando Manuel Heleno

Leonor Rocha
Universidade de Évora

Introdução

Este texto constitui uma síntese da dissertação de Doutoramento que defendi na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Outubro de 2005, revista e actualizada. Alguns capítulos foram suprimidos e outros aligeirados. Mantêm-se o que considerei ser a essência do trabalho de Manuel Heleno, bem como as suas propostas mais significativas, no que respeita ao megalitismo funerário alentejano.

Por outro lado, é também um estudo em que se consubstanciam os trabalhos anteriormente realizados, nesta área, analisando e reavaliando, à luz dos conhecimentos actuais, os apontamentos e publicações dos investigadores que se debruçaram sobre o tema.

Esta leitura já havia sido realizada anteriormente em relação a Vergílio Correia (Rocha, 1999) que, no primeiro quartel do século XX, havia procedido a escavações em numerosas antas da área de Pavia, que se traduziu na publicação duma obra de referência internacional (*El Neolítico de Pavia*; Correia, 1921), sobre o megalitismo regional.

Na realidade, a intervenção, quase sistemática, em antas e sepulturas megalíticas alentejanas, foi, até meados do século XX, um privilégio dos directores e investigadores do Museu Nacional de Arqueologia, atingindo o seu expoente máximo com M. Heleno.

Ao analisarmos a documentação existente, verificamos que, para além de José Leite de Vasconcellos, que teve algumas intervenções, bastante pontuais e dispersas¹, as primeiras investigações, com intuítos científicos ocorreram no final do século XIX, com Gabriel Pereira ou Émile Cartailac. No entanto, o contributo delas é, hoje em dia, de pouca monta.

Em contrapartida, as centenas de monumentos escavados só por V. Correia e M. Heleno, mas sobretudo por este último, representavam, para as respectivas áreas de estudo, um manancial de informação manifestamente subaproveitada, sobretudo por se encontrarem, em grande parte, inéditas – se bem que por motivos bem diferenciados.

V. Correia que realizou, segundo ele próprio, “*la mayor y más completa exploración dolménica hecha hasta hoy en Portugal*” (Correia, 1921: 9) viu a

¹ Recentemente foram publicadas as anotações inéditas deste autor sobre algumas das escavações que dirigiu (Carreira, 1995-1996).

publicação dos seus resultados sofrer alguns percalços, aparentemente devido à sua incompatibilização com J. L. Vasconcelos. Alegadamente, ter-lhe-á sido negado o acesso aos materiais e respectivos documentos de campo, referentes às campanhas de 1914 e 1915 (Rocha, 1999) depositados no Museu Etnológico, pelo que a publicação, em Espanha, foi bastante deficitária.

O caso de M. Heleno foi completamente diferente. Não obstante os seus trabalhos de prospecção e escavação de monumentos megalíticos no Alentejo se apresentarem, de certa forma, como uma continuidade dos de V. Correia, certo é que passados mais de sessenta anos, estes permaneciam ainda praticamente inéditos. Esta lacuna apenas recentemente pôde vir a ser corrigida, devido à aquisição, por parte do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), dos seus quase míticos *Cadernos de Campo*.

A possibilidade de estudar esta documentação e, simultaneamente, alargar e aprofundar o trabalho iniciado com V. Correia mantendo, dentro do possível, uma certa coerência geográfica, foi o fio condutor desta investigação, à luz dos dados actualmente disponíveis e dos temas que, hoje em dia, configuram a agenda do estudo do megalitismo em Portugal.

Metodologia

Os dados em que se baseou este trabalho foram, essencialmente, as informações existentes nos *Cadernos de Campo* de M. Heleno; pontualmente, em função das problemáticas equacionadas, foram inspeccionados alguns dos materiais depositados no MNA e, em paralelo, foram revisitados a maioria dos monumentos e sítios referidos por M. Heleno. Foram também tomados em consideração, na discussão do material reunido, os resultados dos meus trabalhos de campo de anteriores trabalhos, sobre o megalitismo funerário no Alentejo Central, assim como os dados e as propostas que, sobre este tema, têm sido aduzidos, nos últimos anos.

No que diz respeito à área de estudo, esta foi, naturalmente, delimitada com base na cartografia dos monumentos e sítios inventariados por M. Heleno, nos seus *Cadernos de Campo*; apesar de, em nenhuma da documentação consultada se ter encontrado qualquer referência ao modo como esta foi seleccionada; trata-se, como veremos, de uma área geográfica bastante coerente.

Os limites dessa área definem, *grosso modo*, um rectângulo de orientação NE-SW (Fig.1), que engloba essencialmente a parte Norte do Alentejo Central (parte dos concelhos de Montemor-o-Novo, Mora, Coruche, Arraiolos e Estremoz), integrada na bacia hidrográfica do Tejo ou, visto desde outra perspectiva, corresponde aos limites meridionais da bacia terciária do Tejo e aos terrenos que a bordejam imediatamente a Sul.

Apesar de existirem informações e/ou referências a outros monumentos e

sítios em outros concelhos, nomeadamente do Redondo, Alandroal, Évora e Estremoz, estes foram excluídos por, por um lado, parecerem excêntricos e, por outro, corresponderem a meras informações que lhe foram transmitidas – e que em muitos casos nunca chegaram a ser confirmadas por M. Heleno, no terreno.

O principal objectivo desta investigação foi, como se referiu, a recuperação da informação arqueológica existente nos *Cadernos de Campo* de M. Heleno, através da sua análise crítica. Nesse sentido, os trabalhos foram inicialmente realizados no Museu Nacional de Arqueologia com a leitura, transcrição e organização dos 46 *Cadernos* manuscritos, relativos aos concelhos de Montemor-o-Novo, Coruche, Mora, Arraiolos e Estremoz, onde se compilou a informação sobre cerca de 300 monumentos e sítios (antas, sepulturas megalíticas, povoados, santuários), escavados ou apenas referenciados.

Posteriormente, o trabalho foi orientado para a realocação dos monumentos e sítios referenciados por M. Heleno, procurando, simultaneamente, obter novos dados sobre o megalitismo regional.

Os principais aspectos arquitectónicos dos monumentos foram analisados através de uma Base de Dados, tendo em conta a informação, relativamente detalhada, existente nos *Cadernos de Campo* de M. Heleno. Estes dados e outros de carácter não quantitativo e de difícil sistematização, não foram, aqui, tomados em consideração, estando no entanto incluídas na tese de Doutoramento (Rocha, 2005).

No que diz respeito à metodologia utilizada por M. Heleno, nos seus trabalhos, verifica-se que, para a maioria dos monumentos megalíticos funerários, utilizou um código sequencial, alfabético, que vai de A a LO. No entanto, esta metodologia não se aplicou a todos os sítios. De facto, os monumentos do concelho de Estremoz, os sítios de habitat e, os menires, aparecem designados apenas pelos nomes.

Os trabalhos de realocação dos monumentos e sítios basearam-se nas indicações fornecidas, sem suporte cartográfico, por M. Heleno. Quando estas não eram suficientemente explícitas, recorreu-se a duas estratégias:

- a) tendo em conta que, normalmente, este investigador foi escavando, de uma forma sequencial, os monumentos que se encontravam próximos uns dos outros, os casos menos explícitos foram identificados com base na pesquisa toponímica (tendo em consideração as campanhas ou os *Cadernos de Campo*), efectuada nas imediações dos anteriormente identificados;
- b) nos casos em que este método era aplicável, utilizou-se a pesquisa do Repertório Toponímico de Portugal, dentro das Cartas Militares que pareciam, à partida, ser as mais prováveis para a localização do monumento, assim como as cartas, na Escala 1:100.000, produzidas na segunda metade do século XIX.

Desta forma, foi possível identificar e localizar cartograficamente a maioria

dos topónimos referidos por M. Heleno.

Quanto à relocalização dos monumentos propriamente ditos, foi usada, sempre que possível, a informação oral, embora, na maior parte dos casos, tenha sido necessário efectuar batidas, mais ou menos sistemáticas, do terreno. No entanto, esta tarefa foi dificultada por vários condicionalismos. De facto, volvidos cerca de setenta anos após o início dos trabalhos de M. Heleno, no Alentejo, muitas foram as alterações paisagísticas relevantes, não só a nível dos tipos de uso dos solos, como da rede viária e dos próprios montes alentejanos que lhe serviram de referência na maior parte das descrições locacionais.

Na verdade, nos últimos anos, muitos dos terrenos irrigáveis foram completamente transformados por uma agricultura de regadio que não se compadece com a presença de monumentos megalíticos, vistos como um empecilho à passagem das máquinas agrícolas e, sobretudo, dos *pivots* de rega. Esse fenómeno foi particularmente observado ao longo da Ribeira de Lavre.

Noutros casos, ocorreu a situação inversa: algumas áreas de pequena propriedade onde, nos anos trinta e quarenta, se fazia uma agricultura tradicional, de base familiar, actualmente pouco rentável, foram abandonadas e cobertas por matagais – utilizados como coutos de caça – que tornam muito difícil a localização dos monumentos megalíticos de pequena dimensão.

Estas dificuldades vêm-se, frequentemente, acrescidas por um fenómeno muito recente, na região, e que se relaciona com alterações significativas no que respeita à manutenção das propriedades e do tipo de uso dos solos: nomeadamente, a vedação com redes que chegam a atingir os três metros de altura, frequentemente com portões fechados a cadeado.

Em relação aos montes alentejanos que, em meados do século vinte, eram ainda as bases logísticas da exploração agrícola das herdades, verifica-se que muitos deles se encontram actualmente abandonados, outros muito destruídos e outros ainda desapareceram totalmente.

No entanto, apesar de todos estes condicionalismos ainda nos foi possível relocalizar no terreno, um total de 186 monumentos megalíticos (Rigor 1: coordenadas obtidas com GPS; Rigor 2: coordenadas obtidas com base nas CMP, 1: 25.000), dos cerca de 300 recenseados a partir dos *Cadernos* de M. Heleno (Rocha, 2005, Volume 2).

Quanto aos monumentos que não foram relocalizados, há a considerar três situações:

1. a área apresenta um coberto vegetal muito denso ou muitos amontoados de pedras. Neste caso, os monumentos poderão estar encobertos. Foram cartografados a partir das indicações fornecidas por M. Heleno (Rigor 3);
2. a área encontra-se totalmente limpa de pedras. Os monumentos encontram-se certamente destruídos e foram igualmente cartografados a partir das indicações fornecidas por M. Heleno (Rigor 3);

3. as indicações fornecidas por M. Heleno são ambíguas ou mesmo inexistentes. Estes monumentos não foram, obviamente, relocados nem cartografados. Dentro deste grupo existe um total de 40 monumentos que, na sua maioria, não foram escavados (e alguns nem chegaram a ser visitados) por M. Heleno.

Caracterização geográfica, geomorfológica e climática

O estudo e caracterização fisiográfica, da área intervencionada por M. Heleno, foi realizado com base na informação disponível quer a nível da cartografia (mapas do Atlas do Ambiente, na escala 1:1.000.000, Cartas Geológicas, na escala 1:50000 e da Capacidade de Solos, na escala 1:1.000.000, Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo, na escala 1:1.500.000, e respectivas Notícias Explicativas), quer nos estudos que alguns investigadores têm vindo a realizar sobre esta área (Almeida, 2000; Pereira, 1999; Ribeiro, 1998; Ribeiro *et al.*, 1991; Serralheiro, 1997; Reis e Gonçalves, 1987; Ferreira, 1981; Medeiros, 1987; Daveau, 1980).

A posição geográfica

A definição da área estudada foi, naturalmente, condicionada pela área investigada por M. Heleno a qual corresponde, *grosso modo*, ao actual distrito de Évora (Fig. 3) com uma pequena inserção do de Santarém (concelho de Coruche), correspondendo, genericamente, à parte Norte do Alentejo Central. Esta área apresenta uma configuração sensivelmente rectangular, com uma orientação NE-SW, com 72 km de comprimento máximo e 30 km de largura máxima, ocupando uma superfície máxima de 2160 m² (Fig. 2).

A geologia

Do ponto de vista morfoestrutural, esta área integra-se numa das grandes unidades paleogeográficas e geotectónicas da Península Ibérica, mais propriamente na zona de Ossa-Morena, uma das zonas em que se divide o Maciço Hespérico ou Maciço Ibérico (Oliveira *et al.*, 1991; Medeiros, 1987; Ribeiro *et al.*, 1979). A Zona Ossa-Morena é constituída, quase na totalidade por formações do maciço antigo, que engloba o complexo xisto-grauváquico paleozóico e formações hércinicas de granitos alcalinos. Existem ainda alguns maciços granitóides grosseiramente concordantes com os terrenos encaixantes, que tendem a concentrar-se nas macroestruturas tardi-hércinicas.

Assim, do ponto de vista litológico o Alentejo apresenta uma grande diversidade em termos de rochas presentes e de conjuntos litoestratigráficos cuja idade é ainda mal conhecida (Oliveira *et al.*, 1991: 17). A maior parte da área em

estudo é constituída por formações muito antigas (Fig. 4), que se compõem sobretudo de granitos, xistos, calcários cristalinos (mármore), grauvaques e quartzitos e que foram posteriormente afectados por fenómenos de deformação tectónica, o que originou nalguns casos a neoformação de minerais, a fracturação, a génese de falhas e dobramentos (Jan, 2003: 14-15).

Do ponto de vista tectónico, a estrutura mais significativa da área é o anticlinal de Estremoz-Borba-Vila Viçosa, alongada segundo um eixo NW-SE. Assimetricamente dobrada, com vergência para NE e com fechos periclinais nos extremos NW e SE, em Sousel e no Alandroal, respectivamente. Deste anticlinal fazem parte as importantes jazidas de mármore, exploradas desde a antiguidade (Lopes, 1995).

Quanto às litologias, os quartzodioritos aparecem representados, no Alentejo Central, por algumas manchas dispersas, encontrando-se sobretudo nas regiões de Montemor-Évora-Reguengos.

Os granitos são um tipo litológico muito frequente na área em estudo, prolongando-se desde a área de Montemor-o-Novo até Reguengos de Monsaraz.

As formações metassedimentares na região são constituídas por três unidades litoestratigráficas, que se iniciam com a Formação dos "Xistos de Moura", a Formação de Ossa e a Formação de Escoural (numa sequência de cima para baixo).

Nos limites Oeste e Noroeste e, por vezes, em pequenas manchas no interior, ocorrem formações de cobertura, de idade geológica mais recente, como os calcários, areias, argilas, materiais aluviais e conglomerados os quais correspondem a sedimentos acumulados em ambientes marinhos, fluviais ou lacustres em períodos de tempo mais ou menos prolongados (Jan, 2003: 14-15). Estas formações, que correspondem à bacia terciária do Tejo-Sado, encontram-se melhor representadas nos concelhos de Montemor-o-Novo, Coruche e Mora, na extremidade Noroeste da área em estudo (segundo Jan, 2003).

A geomorfologia

Estas diversidades, litológica e estrutural, condicionaram, naturalmente, a topografia e a geomorfologia, sendo "a disposição das massas de relevo (...) inseparável dos diferentes tipos de modelado, designadamente os que opõem os afloramentos de xisto aos de granitos" (Medeiros, 1987: 65).

Assim, podemos considerar, nesta área, três grandes categorias de relevo, correspondentes, respectivamente, às áreas de afloramento das rochas magmáticas, das rochas metamórficas e das rochas sedimentares.

A primeira caracteriza-se pela boa conservação das superfícies de erosão nos interflúvios, com vales largos de fundo plano onde a rede hidrográfica apresenta uma boa adaptação às fracturas. Possui relevos mais moderados, com vales de fundo largo (Ribeiro *et al.*, 1991)

As rochas metamórficas apresentam, regra geral, paisagens mais

acidentadas e relevos mais movimentados. Nas áreas das bacias terciárias do Tejo-Sado, o relevo é muito mais suave, e a rede hidrográfica apresenta vales de fundo aplanado preenchidos por depósitos.

Morfologicamente, temos assim algumas áreas pouco movimentadas, com vertentes suaves e vales planos, onde se desenvolve a rede hidrográfica que faz parte das Bacias Hidrográficas do rio Tejo (afuentes da sua margem esquerda), a Norte, a do rio Sado, a Oeste e, a do rio Guadiana, a Este. Os cursos de água mais importantes nascem, quase todos, na área compreendida entre a Igreja, Graça do Divor, Santa Justa e Serra d'Ossa.

Em termos regionais, vários factores contribuíram para a génese deste modelado, tais como, a rede de drenagem em situações de cabeceiras e o carácter poligénico da peneplanície alentejana, com desenvolvimento de várias fases de aplanamento e a influência da litologia, associado a pequenos deslocamentos tectónicos.

O ambiente e os recursos

A propósito do clima em Portugal, Orlando Ribeiro referiu que “alguns tratados distinguem com o nome de *clima português* um tipo especial, caracterizado por Invernos benignos, Estios moderados, embora quentes e sempre secos, amplitude anual reduzida” (Ribeiro, 1998: 5)

De acordo com Daveau *et al.* (1985), a zona em estudo é caracterizada por Invernos moderados e Verões quentes, ou seja, a temperatura mínima, no mês mais frio está compreendida entre os 4 e os 6° C, e a temperatura máxima média do mês mais quente está compreendida entre os 29 e os 32° C.

Segundo o Atlas do Ambiente (período 1931-1960), a temperatura média diária da região é superior a 17,5° C. Para a precipitação, os valores médios anuais variam entre os 700 e os 800 mm e, para a humidade atmosférica, valores inferiores a 65%, enquanto que os valores médios anuais de insolação oscilam entre 2900 e 3000 horas.

Em relação à precipitação média anual, verifica-se que, actualmente, existe uma forte assimetria sazonal da precipitação, a qual ocorre essencialmente no Inverno. Esta situação provoca um escoamento irregular das linhas de água ao longo do ano, sendo os caudais de Verão muito reduzidos ou mesmo nulos (Alcoforado *et al.*, 1982; Matos e Silva, 1986).

Segundo um estudo recente, sobre os recursos hídricos subterrâneos do Alentejo (Jan, 2003: 24-25), os sistemas aquíferos actuais localizam-se numa faixa paralela ao Tejo, com alguns prolongamentos para a área de Évora e Portalegre. Estas áreas são aquelas que possuem, naturalmente, um maior número de nascentes. Os recursos hídricos apresentam, naturalmente, uma relação muito estreita com os outros parâmetros biofísicos de uma região, interagindo com o clima, com o solo, com a vegetação, com a morfologia do terreno e, também com as actividades humanas.

De facto, a forma como se distribui e ocorre a água, no espaço físico, condiciona este mesmo espaço atribuindo-lhes características únicas que contribuem para a sua identificação e influenciam directamente o seu funcionamento como sistema.

A utilização das águas subterrâneas e superficiais assumiu, desde sempre, um papel determinante para a fixação das populações ao longo dos tempos. No Alentejo, a elevada profundidade a que se encontram a grande maioria dos lençóis freáticos torná-las-ia inutilizáveis para as populações pré-históricas, isto considerando que os lençóis freáticos sempre se tinham encontrado em posição análoga a actual, o que ainda não ficou demonstrado. Aliás, considerando o encaixe recente da rede hidrográfica, poder-se-á considerar que no Neolítico e no Calcolítico estes poderão ter estado mais alto. Em todo o caso, terão aproveitado também águas de nascentes e de captações rudimentares de níveis freáticos superficiais, que posteriormente evoluíram para galerias e poços revestidos de pedra.

A capacidade de uso dos solos é condicionada pelos tipos de rochas, relevo, clima e práticas agrícolas, o que se traduz numa grande heterogeneidade, no que respeita à sua produtividade. Por outro lado, as características e qualidades mais importantes de um solo prendem-se com as suas aptidões e restrições para as diversas actividades humanas. Assim, um determinado tipo de solo pode ser fértil para uma cultura mas não o ser para outra, pelo que, as classificações existentes actualmente poderão não ser as mais correctas para o uso do solo na pré-história.

Em Portugal os solos apresentam, de uma maneira geral, pouca potencialidade para a exploração agrícola em larga escala, devido às suas características e qualidade, nomeadamente pela pequena espessura, baixa disponibilidade de nutrientes para as plantas e drenagem insuficientes (Alves, 1998).

Já no que diz respeito ao Alentejo Central encontram-se representados solos de diversos tipos: os luvisolos, os podzóis, os cambissolos, os litossolos e os vertissolos, se fizermos referência à classificação da FAO (Jan, 2003: 22-23) Face a esta diversidade dos solos do Alentejo Central, no que respeita à sua capacidade produtiva, é difícil procurar estabelecer padrões para o povoamento do V e IV milénios, sobretudo se se analisar a uma escala regional. De facto, as manchas megalíticas encontram-se presentes em todos os tipos de solos considerados actualmente e, a sua maior incidência nos luvisolos poder-se-á dever ao facto de estes serem os mais frequentes, na área em estudo. Mais uma vez se deve ter em consideração que se desconhecem as características e a distribuição dos solos da Pré-História, pelo que este tipo de análise deverá ser sempre condicionado.

Aparentemente, a única conclusão possível, face aos dados que dispomos actualmente, é a de que são mais raros nos podzóis (das bacias terciárias do Tejo-Sado). Estas áreas, assim como os vales das principais ribeiras da região, terão sido utilizados sobretudo para a agricultura estando os monumentos megalíticos implantados nas áreas mais altas, de festos.

Em termos paisagísticos, e de acordo com a Carta Agrícola e Florestal, do Atlas do Ambiente, a área em estudo apresenta duas zonas ecológicas fitoclimáticas distintas, a ibero-mediterrânea e a submediterrânea, cujas espécies típicas são a azinheira (*Quercus rotundifolia*) e o sobreiro (*Quercus suber*), respectivamente.

Os diferentes tipos de acções antropogénicas destrutivas que a floresta natural foi sofrendo ao longo dos tempos, fazem com que actualmente existam poucas áreas pouco alteradas pela acção humana que permitam inferir, com alguma certeza, sobre as paisagens vegetais dessas áreas no passado.

No entanto, podemos supor que a floresta natural tenha tido uma sucessão regressiva com substituição das formações vegetais de maior porte por outras de menor porte, até uma situação de solo completamente a descoberto, nos casos mais graves.

Este sistema sucessório poderá funcionar em sentido inverso quando as situações de pressão deixam de existir, o que permite um restabelecimento das comunidades (como se verifica actualmente nas áreas mais elevadas ou de menor potencial agrícola) (Albuquerque, 1982).

A acção do homem ao longo dos tempos conduziu a uma sucessiva degradação das condições naturais, nesta área. De facto, a grande pressão humana, inicialmente com as campanhas agrícolas de produção cerealífera e, actualmente com as grandes áreas de olival, vinhas, campos agrícolas (grandes áreas de regadio) e também a indústria extractiva, nalgumas áreas, provocaram a destruição dos matos altos e baixos.

Assim, as comunidades actuais revelam-se, em termos botânicos, bastante pobres quer em termos de diversidade, quer em termos das espécies que as integram. As situações mais próximas da existente, ao período em estudo, reportam-se a locais de certa forma inacessíveis ao homem (sobretudo por factores de ordem topográfica) e que, por esse motivo, constituem manchas de vegetação com alguma diversidade e em que se verifica um certo equilíbrio ecológico.

Em termos da exploração e utilização de outros recursos, líticos e minerais, o Alentejo Central não apresenta grandes potencialidades, sobretudo em relação aos segundos. De facto, o cobre foi utilizado em alguns povoados e encontra-se presente em alguns monumentos megalíticos, mas em pequena escala. Existem algumas minas conhecidas junto à serra d'Ossa, perto de Pavia, na serra de Monfurado, na serra de Portel (Carta Mineira de Portugal, 1960; Domergue, 1987: 518) Em relação à utilização dos recursos líticos, como o anfíbolito, por exemplo, a matéria-prima mais utilizada nos artefactos de pedra polida desta área, aparece disperso em alguns pequenos filões e, o sílex surge em blocos nas áreas de cascalheiras do Guadiana.

Breve história da investigação

O início ou a idade da inocência

A partir do momento em que foram construídos, os monumentos megalíticos funerários pré-históricos passaram a integrar, de forma indelével, as paisagens físicas e culturais, muito para além das épocas em que foram concebidos e utilizados, havendo muitos casos comprovados de reutilizações ou violações até praticamente aos nossos dias, por se tratar de construções facilmente identificáveis na paisagem.

No que diz respeito a Portugal, a investigação integrou, desde cedo, a questão do megalitismo, embora faltassem, de início, as ferramentas conceptuais para uma compreensão mínima das cronologias e dos aspectos culturais envolvidos. De facto, as mais antigas referências ao megalitismo alentejano remontam, pelo menos, ao século XV, segundo documentos publicados por Gabriel Pereira (Pereira, 1887: 35), onde aparecem alusões a monumentos megalíticos, como marcos de divisão de propriedades, nomeadamente *“hua pedra da anta que está levantada sobre pedras aadecima de ryo demoinhos na quall pedra da dita anta está feita hua cruz do aguyam, e dêa a dita anta como atravessa ho caminho que vay pera a córte da pedra direito a huns penedos gordos...”* (Pereira, 1887: 35).

No século XVI, Frei Martinho de S. Paulo, frade do Convento da Serra d'Ossa, manifestou, numa carta, a sua discordância em relação à destruição de duas antas localizadas na cerca do convento da Serra d'Ossa, por decisão do abade da Ordem (Fabião, 1999).

Na primeira metade do século XVIII, D. João V mandou proceder ao levantamento das antiguidades do reino, através da Academia Real da História. Nas respostas aos inquéritos solicitadas às paróquias, foram vários os padres que referiram a existência de antas, nas respectivas áreas. O Padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro, em 1734, contabilizava já um total de 66 monumentos megalíticos na área de Évora, embora a lista se tenha aparentemente perdido com o terramoto de 1755 (Leisner, 1949: 3).

Após um hiato de mais um século foram retomados os estudos sobre o megalitismo, agora já com abordagens progressivamente mais estruturadas, reflectindo, aliás, os avanços que noutras áreas da Europa megalítica, se iam fazendo sentir.

Nos finais do século XIX e inícios do século XX, foram escavados um número razoável de monumentos megalíticos, no Alentejo Central, por investigadores como J. L. Vasconcellos, Nery Delgado, Carlos Ribeiro, G. Pereira, E. Cartailhac, Mattos Silva, Filipe Simões, entre outros. Dos dois primeiros, foi publicada, nos anos 70, por Maria Cristina Neto (Neto, 1976-77: 99-104) uma lista de monumentos megalíticos alentejanos e J. R. Carreira publicou, recentemente, um conjunto de dados inéditos, retirados dos Cadernos de J. L. Vasconcellos (Carreira, 1995-1996).

Esses trabalhos, apesar de terem consistido apenas em intervenções

avulsas, permitiram afastar algumas das especulações correntes e começar a reunir material objectivo que serviu de base a perspectivas mais pertinentes sobre o fenómeno, apesar de terem subsistido, até muito tarde, opiniões pouco sustentadas (Espanca, 1894).

Nenhum deles teve carácter sistemático, até porque os seus autores estavam interessados num leque de temas demasiado “enciclopédico”, em que o megalitismo era apenas mais um; a par disso, nenhum deles delimitou áreas de estudo com base nas evidências ou nas problemáticas específicas do megalitismo.

Por outro lado, a realização, em 1880, do *Congrès International d'Anthropologie et d'Archeologie Préhistoriques* (Gonçalves, 1980), ainda que centrado noutros temas, contribuiu, decisivamente, para a divulgação, a nível nacional e internacional, de alguns monumentos mais destacados, e para que se comesçasse a esboçar a noção de uma certa relevância do megalitismo português, no quadro europeu.

Este impulso, assim como a consciência emergente da diversidade e da especificidade cultural e o próprio florescimento dos nacionalismos, deram, finalmente, origem a abordagens integradas, de âmbito regional e com carácter de continuidade.

Os primeiros projectos de investigação: Vergílio Correia, Manuel Heleno e o casal Leisner

Afinando uma certa perspectiva regional, exemplarmente assumida por Estácio da Veiga, para o Algarve (Veiga, 1886, 1887, 1889, 1891), V. Correia, enquanto conservador do Museu de Etnologia de Lisboa, abalançou-se, no período correspondente à Primeira Grande Guerra, num projecto de estudo do megalitismo, centrado, pela primeira vez, numa área concreta e incluindo, para além das antas, os povoados e os supostos santuários naturais (Correia, 1921).

Foi provavelmente estimulado pelos resultados obtidos por este autor que, sobretudo nos anos 30 do século passado, M. Heleno desenvolveu o seu projecto sistemático de inventariação e estudo de monumentos megalíticos no Alentejo Central, sobretudo em áreas adjacentes àquela onde V. Correia tinha trabalhado; esse trabalho ultrapassa largamente, pelo menos em termos quantitativos, tudo o que tinha sido feito até então.

Este processo atingiu, o seu apogeu com os trabalhos realizados pelo casal Leisner. De facto, os arqueólogos alemães levaram a cabo um inventário monumental, com uma grande preocupação pela documentação gráfica de estruturas e materiais, abrangendo, pela primeira vez nessa escala, um quadro geográfico muito amplo, mas mesmo assim, de inegável carácter regional; para além de um persistente trabalho de campo (prospecção e escavação) fizeram ainda a revisão da bibliografia disponível e de parte dos materiais depositados no Museu Etnológico – alguns dos quais provenientes das escavações de M. Heleno mas, maioritariamente, de V. Correia.

Para além dos *Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*, a sua obra de

referência, infelizmente, ainda hoje, apenas disponível em alemão (Leisner, 1956; 1959) publicaram, em português, um conjunto de trabalhos fundamentais, de que se destaca, pelo carácter praticamente exaustivo, o estudo das antas de Reguengos de Monsaraz (Leisner, 1948-49; 1951; 1955).

Ainda nos anos 50, Irisalva Moita (Moita, 1956) escavou alguns monumentos no Alentejo Central, mais propriamente na área de Pavia. Esta investigadora, antiga aluna e assistente de M. Heleno, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi também sua colaboradora no Museu Etnológico.

Nas duas décadas seguintes, o ritmo da investigação voltou a estagnar; os novos dados – alguns de grande alcance para a contextualização do megalitismo funerário da região – resultaram sobretudo de descobertas fortuitas e intervenções avulsas. Destaca-se, de entre elas, a descoberta da Anta Grande do Zambujeiro (Évora) (Pina, 1971; 1976), aquela que é, certamente, a mais monumental das antas alentejanas, cuja escavação – tal como as que se lhe seguiram – ficou infelizmente inédita. Hoje em dia, o monumento continua, num impasse pouco dignificante, a aguardar a conclusão de um processo sucessivamente adiado, de consolidação e restauro.

Outra intervenção casuística foi a da escavação, em 1964, do *tholos* do Escoural (Montemor-o-Novo), identificado fortuitamente por trabalhadores na sequência da preparação de um forno tradicional de carvão (Santos *et al.*, 1969). Este monumento que forneceu um espólio muito rico e abundante continua, em parte, por estudar.

Pouco tempo antes, também de forma acidental, tinha sido ainda identificada, na mesma área, a Gruta do Escoural, com materiais cronologicamente atribuíveis ao Neolítico antigo, mas também com uma clara utilização funerária, no Neolítico final, que encontra óbvias afinidades no megalitismo funerário regional (Santos, 1964; 1971; Santos *et al.*, 1991; Araújo *et al.*, 1993; Araújo *et al.*, 1995).

Esta última revelava-se particularmente importante para a compreensão do Neolítico antigo, no Alentejo Central. De facto, confirmava-se, pela primeira vez, a presença de cerâmica impressa, incluindo cardial, genericamente análoga àquela que se conhecia, desde o século XIX, no litoral (Delgado, 1867; Rocha, 1897). No entanto, pelo facto de se tratar, aparentemente, de um caso isolado, levou a que um quarto de século depois, ainda se continuasse a considerar que a neolitização do Alentejo interior correspondia a uma fase tardia, protagonizada pelas primeiras sepulturas megalíticas e as cerâmicas lisas que as acompanham (Zilhão, 1992).

Mas, com a descoberta do Neolítico antigo do Escoural, interpunha-se, pela primeira vez, um “obstáculo” entre o Mesolítico e o Neolítico Puro de Heleno ou dos Leisner, embora estes últimos tenham chegado a aflorar ligeiramente a questão ao comentar, sucintamente, as cerâmicas impressas da Anta 1 do Olival da Pega, em Reguengos de Monsaraz, em que salientaram “o vácuo existente no Alentejo central com respeito à cerâmica decorada” cuja presença, na referida anta, por estar,

aparentemente, associada com cerâmica “simbólica”, atribuíram aos “construtores das *tholoi*” (Leisner e Leisner, 1951: 106).

A partir de meados dos anos 60 e, sobretudo, na primeira metade dos 70, a investigação sobre o megalitismo desta área tomou novo fôlego, com a identificação de um conjunto de menires, até aí invisíveis, ou quase (Pina, 1971; 1976; Gonçalves, 1970; 1972; 1975; Zbyszewski *et al.*, 1977a). Na realidade, o primeiro menir a Sul do Tejo, parece ter sido identificado por G. Pereira, ainda no século XIX (Pereira, 1887: 253; Calado, 2004: 16); Georg e Vera Leisner (Leisner e Leisner, 1959) publicaram também uma planta, pouco rigorosa, do recinto de Vale d’El Rei, em Pavia, ao qual não atribuíram, aliás, grande destaque (Calado, 2004).

Os próprios habitats começaram, finalmente, na década de 70, a ser identificados embora, mais uma vez, sem grandes consequências práticas (Ventura, 1970; Arnaud, 1971). Também este tema havia sido aflorado pelo casal Leisner que afirmaram que “mesmo nas regiões de maior abundância de antas, quase nunca se encontraram, até hoje, vestígios de habitações do povo megalítico” (Leisner e Leisner, 1951: 17).

No entanto, tratava-se de povoados mais tardios, calcolíticos, e a sua correlação com o megalitismo funerário foi, como tinha sido com V. Correia ou com M. Heleno, demasiado precipitada e simplista. Além disso, por se tratar de casos pontuais, estes povoados não deixavam ainda prever a real dimensão – nem a diversidade – que o povoamento neolítico e calcolítico iriam assumir, na região, nas décadas seguintes, em resposta à famosa questão “muitas antas, pouca gente?”.

Tempos modernos

No último quartel do século XX, os estudos sobre o megalitismo regional conheceram um novo impulso. Victor S. Gonçalves e a sua equipa, concentraram, sobretudo, esforços no aprofundamento do estudo do megalitismo de Reguengos de Monsaraz; num primeiro momento, foi reeditada a citada obra do casal Leisner, sobre as antas desse concelho (Leisner e Leisner, 1951), seguida de uma revisão crítica da mesma (Gonçalves, 1992).

Os dados publicados pelos Leisner foram analisados sob novas perspectivas e o conjunto megalítico de Reguengos foi subdividido em dois grupos espacialmente discretos: o grupo ocidental e o grupo oriental, separados axialmente pelo curso da Ribeira do Álamo, subsidiária do Guadiana; num trabalho mais recente, foi mesmo individualizado um terceiro sub-grupo, na periferia do grupo oriental (Gonçalves e Sousa, 2000).

Em paralelo, foram feitas escavações de diagnóstico em povoados do Neolítico final e Calcólítico (Marco dos Albardeiros, Monte Novo dos Albardeiros) e concretizado um programa de prospecções sistemáticas, centradas num desses povoados, a Torre do Esporão 3 (TESP 3) e abrangendo uma boa parte do território da margem direita da ribeira do Álamo (Gonçalves *et al.*, 1992).

Seguiram-se escavações no conjunto monumental da Anta 2 do Olival da Pega (OP2), com resultados absolutamente inesperados e iniciou-se a escavação da anta e *tholos* dos Cebolinhos.

A partir dos finais dos anos 90, no contexto das medidas de minimização de impactes da barragem do Alqueva, foram escavados novos povoados – genericamente atribuíveis ao Neolítico antigo/médio – e um conjunto de monumentos megalíticos, actualmente submersos pelo empreendimento – alguns em áreas periféricas da grande mancha megalítica de Reguengos, no denominado “núcleo megalítico de Amieira” (Antunes *et al.*, 2003).

De entre os resultados desses trabalhos, assinala-se a descoberta de possíveis vestígios de habitat sob as estruturas tumulares de dois monumentos de corredor, Antas 1 e 2 da Torrejona (Antunes *et al.*, 2003: 237, 241-242) e de sepulturas secundárias, nomeadamente na Anta do Chão da Pereira, em que a cista, com materiais que os escavadores atribuem à Idade do Bronze, foi construída sobre o esteio de cabeceira da anta, após a derrocada deste para o interior da câmara (Antunes *et al.*, 2003: 234-235).

Os resultados de todos estes trabalhos constam de uma extensa bibliografia (Gonçalves, 1993b; 1994a; 1995; 1999; 2001a; 2001b; 2002a; 2002b; 2003b; 2003c; Gonçalves e Sousa, 1997a; 1997b; 2000; 2003) que, para além da divulgação dos novos dados obtidos, inclui vários textos de síntese que transcendem, em muito, o panorama, já de si excepcional, legado pelo casal Leisner.

Na área de Évora, desenvolveu-se outro programa de longo curso, envolvendo prospecções e, sobretudo escavações, em torno do conjunto megalítico de Vale de Rodrigo (Kalb e Höck, 1994; Kalb, 1996; Kalb e Höck, 1997; Vortisch, 1999; Höck e Kalb, 2000; Larsson, 2000, 2001), no âmbito de um projecto pluridisciplinar que tem vindo a fornecer dados muito interessantes sobre os monumentos e, em particular, sobre a relação entre estes e as matérias-primas utilizadas. Neste conjunto, destaca-se o monumento de Vale de Rodrigo 1, com falsa cúpula assente sobre esteios megalíticos (Leisner, 1944), estrutura até agora inédita, em Portugal, e que integra igualmente um menir decorado, na periferia da mamoa. Na área envolvente, foi descoberto e preliminarmente intervencionado, um povoado calcolítico, com fossos e muralhas, cuja relação cronológica, mesmo que parcial, com os sepulcros estudados, se presume.

Acrescentam-se, nesta fase da investigação regional, algumas escavações avulsas, como foi a da Anta da Belhoa, escavada por Mário V. Gomes, em Reguengos de Monsaraz (Gomes, 1997a), ou da anta 1 do Lucas, escavada, de emergência, por Manuel Calado (Calado, 1994) e ainda da anta 6 do Lucas, escavada pela signatária.

Houve também, infelizmente, casos peculiares em que, apesar de terem sido feitas intervenções em monumentos notáveis, não dispomos ainda de resultados publicados. Estão nesta situação a já referida Anta Grande do Zambujeiro, em Évora, escavada, recentemente, em intervenções distintas, por Carlos Tavares da Silva e por

Rui Parreira, e ainda a Anta Grande da Comenda da Igreja, escavada por M.V. Gomes.

No que diz respeito ao contexto arqueológico em que, genericamente, se enquadra o megalitismo funerário, houve ainda, recentemente, um número razoável de escavações pontuais em povoados neolíticos e calcolíticos, no Alentejo Central.

Merece um destaque particular a escavação do povoado do Neolítico antigo da Valada do Mato, identificado por M. Calado, e intervencionado por Mariana Diniz, ao longo dos últimos anos. Um dos resultados mais interessantes deste sítio, na nossa óptica, é o vínculo que as indústrias líticas (às quais estão associadas cerâmicas impressas e incisas, incluindo cardial) permitiram estabelecer, a diversos níveis, entre o Mesolítico final e o Neolítico com cerâmicas impressas (Diniz, 2003).

Houve também escavações de emergência no extraordinário povoado calcolítico (provavelmente, de fundação anterior) dos Perdigões, em Reguengos de Monsaraz, na sequência de uma surribo que pôs a “descoberto” um sistema de fossos, aparentemente associado a muralhas de pedra (Lago *et al.*, 1998); anexo a este povoado, foi localizado um conjunto de monumentos funerários de falsa cúpula, os únicos, até agora, na área de Reguengos, que não foram adossados a antas de corredor (Lago *et al.*, 1998).

Foram ainda efectuadas outras escavações de emergência, nomeadamente no povoado do Neolítico antigo e Calcolítico de Patalim (Diniz, 2003), e nos povoados calcolíticos de S. Gens (Terena), com campaniforme (Calado, 2002), S. Gens (Redondo) (Mataloto, 2004; 2005) e estão actualmente em curso extensas escavações no povoado calcolítico de S. Pedro (Redondo) (Rui Mataloto, comunicação pessoal).

Ainda no Regolfo do Alqueva, foram descobertos e sujeitos a escavações de salvamento, dois povoados com fossos, cronologicamente atribuíveis ao Neolítico final – Juromenha 1 e Malhada das Mimosas – e dois povoados calcolíticos sem muralhas, com campaniforme, o Moinho de Baixo 1 e Miguens 3 (Calado, 2002).

Já na última fase deste empreendimento foi ainda identificado, de forma accidental, um outro povoado de fossos, o sítio das Águas Frias, que veio trazer novos dados relativamente às plantas das estruturas negativas. Por outro lado, esse povoado é também o único em que, até ao presente, se identificou a produção de placas de xisto. De facto, este tipo de artefactos apareceu, em quantidades apreciáveis, nas suas diversas fases de fabrico (Calado e Rocha, 2004c), o que levou o responsável pela sua intervenção a colocar a hipótese de uma especialização, das Águas Frias, na produção de placas de xisto, relacionada com a proximidade do santuário de arte rupestre do Alqueva (Calado, 2001b).

Em relação ao megalitismo não funerário, este período foi também bastante dinâmico com a realização de um conjunto de escavações, dirigidas por M. V. Gomes, nos menires da Pedra Longa, Cuncos, Perdigões, Almendres, Portela de Mogos, Vidigueiras e Barrocal (Gomes, 1986, 1989, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d, 2000a, 2000b, 2002); outro projecto de investigação foi desenvolvido, a partir de meados dos

anos 90, por M. Calado, nos menires de Vale Maria do Meio, S. Sebastião, Tojal, Monte do Tojal e Vale d'El Rei (Calado, 1997a, 2000b, 2003, 2004); este autor desenvolveu ainda um projecto específico de prospecções, centradas no tema dos menires, no contexto do Alentejo Central.

Os resultados destes trabalhos sugerem, em diversos planos, uma antiguidade relativa dos menires, em relação ao megalitismo funerário mas, embora estejam de acordo quanto à cronologia do arranque do fenómeno – o Neolítico antigo/médio – os autores referidos apresentam leituras divergentes quanto à respectiva sequência evolutiva.

Para além dos trabalhos anteriormente referidos, a região foi, nesta fase, objecto de diversos projectos de prospecção arqueológica que, no conjunto, alteraram significativamente os termos de referência do megalitismo funerário regional, com um acréscimo significativo na base de dados disponível e, sobretudo, com um crescimento exponencial do número de sítios de habitat e de outros tipos de monumentos e sítios relacionáveis com o tema. Uma parte desses trabalhos teve como objectivo a elaboração de cartas arqueológicas, de âmbito concelhio, em que o megalitismo foi apenas um dos temas; destacam-se, pela quantidade de antas inéditas registadas, as cartas arqueológicas de Alandroal (Calado, 1993a) e Redondo (Calado e Mataloto, 2001), assim como o Inventário do Património Arqueológico, incluído no Plano Director Municipal de Évora (Calado, 2003a). Trabalhos do mesmo tipo, realizados no concelho de Portel (Lima, 1992) e de Arraiolos (Silva e Perdigão, 1998), contribuíram igualmente com alguns dados pertinentes; na verdade, em Arraiolos, as antas inéditas registadas tinham sido, quase todas, escavadas por M. Heleno e constam, naturalmente dos seus *Cadernos de Campo*.

Na região da Serra d' Ossa, M. Calado reuniu, no âmbito de um trabalho académico (Calado, 1995, 2001), um volume, até aí unsuspeitado, de sítios de habitat neolíticos e calcolíticos, contribuindo para uma imagem cada vez mais complexa do povoamento megalítico, cuja complexidade, aliás, não parou, desde então, de crescer. O projecto do Alqueva, para além das escavações já referidas, deu também azo a uma prospecção sistemática da área actualmente submersa. Os dados reunidos, em várias fases, foram, na sua maioria, recentemente publicados (Silva, 1996, 1999), embora outros, correspondentes a uma fase inicial das pesquisas, tenham vindo a público uns anos antes (Silva, 1989; Soares e Silva, 1992) e outros ainda tenham sido obtidos já numa fase avançada do processo e permaneçam ainda inéditos (Calado e Mataloto, 2001).

Finalmente, nos últimos anos, foram também desenvolvidos, no Alentejo Central, outros projectos, escorados essencialmente em trabalhos de prospecção/revisão, mas direccionados exclusivamente para o estudo do megalitismo (Oliveira, 2001; Calado, 2003b). Destacam-se, neste campo, as prospecções desenvolvidas na área do Tojal, onde, num troço com apenas cerca de 3 km², foi identificada uma alta densidade de monumentos megalíticos funerários, de diferentes

tipologias, embora com um ligeiro predomínio das pequenas sepulturas – 10 sepulturas e nove antas com corredor. Os monumentos distribuem-se ainda, no terreno, em aparente articulação com dois recintos megalíticos (Casas de Baixo e Tojal) e com um menir isolado (Monte do Tojal) (Calado, 2003b).

Atendendo a que estão ainda por publicar os relatórios definitivos das intervenções no Alqueva, podemos, sem dúvida, afirmar que, mercê de alguns esforços individuais e institucionais e de algumas circunstâncias muito peculiares, dispomos hoje, sobre o Alentejo Central, de um acervo de informação sobre o megalitismo regional e, sobretudo, sobre o povoamento neolítico e calcolítico que permite integrar, de uma forma muito mais sólida, os dados inéditos de M. Heleno.

A metodologia dos trabalhos de Manuel Heleno

Definição da área de estudo

Os *Cadernos de Campo* de M. Heleno, por não se destinarem directamente a ser publicados, não continham muitas indicações explícitas sobre as metodologias seguidas pelo autor, pelo que nem sempre é fácil avaliar “o pensamento do estranho personagem que foi Manuel Heleno” (Gonçalves, 1989: 73).

A questão da definição da área de estudo foi um dos aspectos omissos; no entanto, analisando a coerência espacial dos territórios onde interveio verifica-se que, certamente, esta não foi uma escolha aleatória. É possível que essa selecção tenha tomado em consideração aspectos logísticos relacionados com a proximidade a partir de Lisboa; porém, a exclusão de áreas fortemente megalíticas (nomeadamente a de Évora ou a de Reguengos de Monsaraz), cujas acessibilidades, tendo em conta a rede viária e ferroviária da época, não eram piores do que as das áreas onde efectivamente trabalhou, exige outras explicações.

Assim sendo, convém recordar as inevitáveis conexões com os trabalhos de J.L. Vasconcellos e, sobretudo, de V. Correia, na região; a contiguidade geográfica (que, nalguns casos pontuais chega a ser sobreposição) entre a área de Pavia e as duas áreas em que, como veremos, se dividiu o “projecto” de M. Heleno, parecem implicar uma continuidade que a ligação de ambos ao MNA e a própria cronologia das intervenções, certamente reforçam. Houve, naturalmente, também a intenção de “explorar” uma área relativamente virgem, em termos de estudos anteriores, critério que motivara igualmente V. Correia na escolha do território paviense. Para além deste aspecto, V. Correia assume que foi “*el acaso de una conversación con un amigo*” e “*la noticia de la existência de un anta transformada en capilla*” (Correia, 1921: 25).

No que diz respeito às motivações científicas de cada um, no início do respectivo projecto, podemos assumir que eram, efectivamente, bastante distintas, até porque M. Heleno, quando começou as primeiras escavações sistemáticas no Alentejo, fez, previamente, como seria de esperar, uma avaliação preliminar dos

resultados apresentados por V. Correia e, eventualmente, confrontando-os com os materiais depositados no Museu Etnológico.

Se este último foi, como se viu, atraído a Pavia por uma anta monumental – a de S. Dionísio – que, por ter sido transformada em capela, era particularmente sugestiva para alguém que, como ele, se interessava vivamente pelos aspectos etnográficos associados ao megalitismo – já M. Heleno partiu para o campo interessado sobretudo na questão das pequenas sepulturas e disposto a provar que V. Correia se equivocara, ao considerá-las contemporâneas das antas de corredor.

Em abono desta leitura, note-se que a primeira escavação, da longa série que se seguiu, foi precisamente um monumento de planta simples, embora de dimensões superiores à média das sepulturas de Pavia, a anta da Talha 1, em Estremoz; note-se também que talvez não tenha sido aleatória a escolha de um monumento de xisto, atendendo a que todas as sepulturas megalíticas registadas por V. Correia eram monumentos de granito. A codificação diferenciada que M. Heleno atribuiu aos monumentos de Estremoz pode, efectivamente, ter tido em conta a questão da relação entre as arquitecturas e as matérias-primas, antecipando um tema que, nos últimos anos, tem estado em foco (Bueno, 1988, 1994, 2000; Oliveira, 1995, 1998). Por outro lado, o resultado final foi, nas palavras dos Leisner, que “a série maior e mais importante de escavações em dólmens deste tipo (pequenas sepulturas simples)” tenha sido “efectuada pelo Dr. Manuel Heleno Júnior” (Leisner e Leisner, 1985: 20).

Considerando, além disso, que M. Heleno atribuiu os monumentos que considerava mais antigos ao Neolítico “puro” e que deixou bem explícita a sua crença de que a cultura megalítica alentejana teria evoluído localmente a partir dos concheiros mesolíticos do estuário do Tejo, podemos admitir que, na escolha da sua área de estudo, teve em conta a estreita relação espacial entre essa área e o território de onde ele acreditava serem originários os construtores das primeiras sepulturas. Uma lógica semelhante, embora com pressupostos bastante diferentes levou, recentemente, M. Calado a considerar determinante essa articulação geográfica, na génese do megalitismo regional (Calado, 2004).

Seja como for, a área de estudo que, na prática, foi definida por M. Heleno, organiza-se em dois grupos distintos, que poderíamos designar como o grupo ocidental, o mais extenso, englobando exclusivamente monumentos de granito, distribuídos pelos concelhos de Montemor-o-Novo, Coruche, Mora e Arraiolos, e o grupo oriental, menos numeroso e mais disperso, repartido em dois núcleos, localizados, um a Norte e outro a Sul da cidade de Estremoz, e ambos integrados no respectivo território concelhio. Todos os monumentos que integram este grupo são de xisto.

No caso do grupo ocidental, é impressionante o carácter sistemático das intervenções de M. Heleno: na verdade, os monumentos escavados ou simplesmente referenciados formam uma malha contínua, em que os hiatos entre monumentos nunca excedem os três quilómetros. Essa concentração é menos notória no grupo

oriental.

Entre essas duas áreas, separadas por uma distância de cerca de 30 quilómetros, foi apenas escavado um monumento, a Anta das Cabeças; trata-se de uma escolha pontual, certamente por se tratar de um monumento arquitectonicamente excepcional e sobejamente conhecido no tempo de M. Heleno. Esta intervenção assinala, de certo modo, o final dos trabalhos de M. Heleno no Megalitismo alentejano.

Metodologia dos trabalhos de campo

Se os *Cadernos de Campo* de M. Heleno constituem ainda hoje uma fonte documental não negligenciável para o estudo do megalitismo do Alentejo, a sua análise permite verificar que, à luz das exigências actuais, as metodologias de M. Heleno deixaram muito a desejar.

Em boa parte, os problemas detectados, constituem a norma no ambiente científico da época e parecem resultar também de alguma falta de experiência de M. Heleno, lacuna de que, foi expressamente acusado (Rocha, 2005).

É claro que os termos de comparação mais pertinentes, são, a montante, os trabalhos de J. L. Vasconcellos, com quem M. Heleno aprendeu provavelmente a escavar, e os de V. Correia, em cujos resultados certamente se baseou.

Helena versus Vasconcellos

A documentação inédita de J. L. Vasconcellos (Carreira, 1995-1996) referente às suas escavações alentejanas no início do século XX, permite-nos, desde logo, verificar algumas semelhanças e diferenças importantes, tanto mais que se trata, igualmente, de *Cadernos de Campo*.

Entre os traços comuns mais importantes convém realçar o uso quase sistemático do crivo (sobretudo nos monumentos com mais espólio) e o registo gráfico das estratigrafias (perfis estratigráficos), feito sempre de forma esquemática (de forma muito mais pontual por M. Heleno).

Quanto à descrição dos artefactos, para além das singularidades terminológicas de M. Heleno, convém destacar a presença, nos *Cadernos* de J. L. Vasconcellos, de referências às placas de grés (na anta da Velada), peças que, nas descrições de M. Heleno, se confundem com as placas de xisto.

Por outro lado, a ausência de geométricos nas listagens do primeiro director do Museu Etnológico, tanto pode implicar a sua efectiva inexistência nos monumentos que intervencionou, como, eventualmente, uma lacuna conceptual do autor. Neste aspecto, pelo que parece, M. Heleno desbravou terreno virgem; a comparação com artefactos análogos, exumados dos concheiros mesolíticos, tornou-se, obviamente, o principal esteio do modelo, concebido por este autor, para a origem do megalitismo alentejano.

Também a tentativa de arrumar os machados de pedra polida, as pontas de seta ou os micrólitos, em categorias de base cronológica – ainda que não tenham sido

muito bem sucedidas – representa, certamente, um passo em frente na investigação sobre o tema.

Helena versus Correia

A comparação com as metodologias seguidas por V. Correia é mais problemática, uma vez que, neste caso, não dispomos dos respectivos *Cadernos de Campo* e, segundo parece, o próprio autor não teve acesso, na altura da redacção da sua obra, a uma parte significativa desse material. Também o facto de ser um trabalho publicado, uma síntese, deve ter levado o seu autor a omitir detalhes metodológicos que, por hipótese, deveriam constar das suas anotações de campo.

De facto, são praticamente nulas as informações de carácter metodológico que constam no trabalho de V. Correia. Não sabemos, por exemplo, se crivou ou não os sedimentos; na verdade, as listagens de materiais referidos para cada anta parecem indicar que as terras não foram crivadas, uma vez que escasseiam as referências a artefactos de pequenas dimensões. Choca, sobretudo, o facto de em cerca de 80 monumentos que escavou, não aparecer nenhuma referência a micrólitos geométricos, mutismo que, como vimos, também parece afectar J. L. Vasconcellos.

No caso de V. Correia, a eventual ausência de crivagem não parece, só por si, suficiente para explicar a ausência de geométricos; trata-se, também, muito provavelmente, de um problema conceptual: esses artefactos podem, de facto, estar mascarados sob a classificação genérica de fragmentos de facas ou faquinhas.

Um contraponto actual

Em 2000 foi publicado por Ana Cristina Santos, no âmbito da elaboração da Carta Arqueológica de Coruche, uma revisão do conjunto megalítico da Água Doce e Azinhalinho (Santos, 2000), que constou, basicamente, da realocização dos monumentos publicados pelo casal Leisner. Estes dados assentavam, por sua vez, na maior parte dos casos, em informações transmitidas pelo próprio M. Heleno (Leisner e Leisner, 1959: 273-275).

Na verdade, apesar de se saber que M. Heleno tinha efectuado escavações nesta área, os dados dessas intervenções e a própria listagem integral dos sítios, continuavam inacessíveis por não terem ainda sido recuperados os *Cadernos de Campo*; exceptua-se a Anta 3 da Herdade do Azinhal, que, por ter sido escavada em parceria com H. Obermaier e G. Leisner, foi devidamente publicada, pelo casal alemão, nos *Megalithgräber*.

Trata-se, em termos administrativos, de uma estreita faixa na parte Sul do concelho de Coruche, encaixada entre os concelhos de Montemor, Mora e Arraiolos, e que, em termos paisagísticos (e megalíticos) se integra, de facto, no território que M. Heleno designava genericamente como Siborro e onde escavou uma mancha contínua de monumentos, entre essa aldeia e a das Brotas.

Comparando os dados contidos nos *Cadernos* com o resultado da revisão de

Ana Cristina Santos, verificam-se, desde logo, as discrepâncias que, aliás, eram de esperar e que coincidem com os resultados das minhas próprias revisões, noutras áreas: o número actual de monumentos é inferior ao que foi identificado por M. Heleno.

Este fenómeno resulta, por um lado, da razão que os monumentos, sobretudo os mais frágeis, sofreram nas últimas décadas, e, por outro, das más condições de prospectabilidade actual da área.

Em contrapartida, aquela autora regista monumentos não referidos pelos Leisner e que, legitimamente, classifica como inéditos: na verdade, trata-se de antas identificadas e escavadas por M. Heleno que, obviamente, não deu disso conhecimento aos arqueólogos alemães. Trata-se da Antela e da Cista do Outeiro Alto (Santos, 2000: 494-495), designadas, nos *Cadernos*, como Anta 1 da Guarita (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p.119) e Anta da Roça de Linhares (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 121), respectivamente.

Outro aspecto curioso, e que lança algumas interrogações sobre a forma como M. Heleno cedeu (ou não cedeu) os seus dados aos investigadores alemães, é o facto de as designações dos monumentos e do número de materiais não serem coincidentes, nem sequer no único caso em que a escavação foi partilhada: de facto a Anta 3 da Herdade do Azinhal – a mais citada como exemplo de sepultura primitiva – é designada por M. Heleno como Anta de Vale de Covas.

O secretismo que o Director do Museu Etnológico impunha em torno dos resultados das suas escavações parece evidenciar-se no caso da Anta da Água Doce 3, monumento que designou como Anta Pequena do Caminho da Fanica; efectivamente, G. e V. Leisner referem (Leisner e Leisner, 1959: 274) que a anta tinha sido escavada por ele e que não teria dado nenhum espólio, quando, nos *Cadernos de Campo*, Heleno anotou a recolha de fragmentos de cerâmica e de uma lâmina (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 85).

A. C. Santos desenhou e publicou as plantas dos monumentos relocados, o que nos permite estabelecer, mais uma vez, algumas comparações sobre a qualidade do registo gráfico de M. Heleno.

Convém ter em mente que, no que diz respeito aos *Cadernos*, se trata de apontamentos de campo, dos quais não é legítimo esperar demasiado rigor. Por outro lado, as plantas actuais dos monumentos são quase sempre o resultado de uma história recente atribulada motivada por processos naturais, erosivos e outros, aos quais se adicionam as sequelas da intervenção irresponsável da maquinaria agrícola, em primeiro lugar, e as próprias fragilizações resultantes da intervenção arqueológica, como se observou nos trabalhos de relocalização.

Isto, apesar do facto de M. Heleno que, ao ser acusado de negligência nos métodos de conservação dos monumentos, reagiu, com veemência, desafiando “a Junta Nacional de Évora ou o seu inspirador a provar que das antas que” tinha escavado “ficou só uma por consolidar”. E acrescenta, escudando-se no parecer dos

Leisner, que “nem doutra maneira se compreenderia que os arqueólogos Leisner, que visitaram todos esses monumentos, pudessem escrever, que as minhas escavações ‘foram as primeiras executadas rigorosamente conforme as exigências e métodos da ciência moderna’”(Heleno, 1956: 552).

Em síntese, faltou sobretudo “fazer a interpretação minuciosa das camadas” (Heleno, 1956: 547) que, teoricamente, se propunha fazer, e a contextualização diferenciada dos artefactos; faltou, em termos de registo, a execução, de forma sistemática e rigorosa, dos desenhos de plantas e alçados.

Em última análise, a maior parte do seu trabalho não se distingue muito de uma “caça de objectos” que, mesmo assim, acabou por não estudar minimamente.

Segundo consta, M. Heleno foi, sobretudo, um arqueólogo distante, deixando, normalmente, as escavações entregues a um funcionário do Museu, coadjuvado por trabalhadores rurais. Por isso, as observações que podem ou não ter sido efectuadas, dependeram muito mais da capacidade e poder de observação dos seus colaboradores que de si próprio.

O único funcionário referido nos *Cadernos de Campo* é o Sr. Madeira, que, na expressão de M. Heleno, era o “ajudante de preparos”. Segundo informações orais do Sr. Roldão, outro colaborador assíduo do Director do Museu, era normal M. Heleno estar ausente da escavação, devido à sua saúde e afazeres. Da época em que com ele trabalhou, posterior às escavações no megalitismo alentejano, o Sr. Roldão recorda que, habitualmente, M. Heleno ia visitar a escavação apenas aos fins-de-semana, mas nem sempre, para levar consigo, de volta, algum espólio mais importante, uma vez que o restante era despachado pelo comboio. Semanalmente, a pessoa que ficava responsável pelos trabalhos de campo fazia um relatório escrito, que enviava pelo correio e devia, no fim-de-semana, telefonar a M. Heleno afim de lhe dar conta das ocorrências e receber instruções.

Quanto ao registo gráfico que aparece nos *Cadernos*, manifestamente menos apurado que nos de J. L. Vasconcellos, tudo indica que foi, na sua maioria, elaborado pelo próprio M. Heleno. Para além das plantas pouco rigorosas que elaborou, deixou-nos também desenhos de artefactos, quase sempre resumidos ao contorno da peça. Francisco Valença, que era, desde o tempo de J. L. Vasconcellos, o desenhador do Museu, redesenhou, noutra tipo de suporte, as plantas de alguns monumentos, ainda que não exista, nos *Cadernos de Campo*, a mais leve menção à sua presença; no MNA conserva-se actualmente cerca de meia centena de plantas, infelizmente sem identificação dos monumentos, cuja qualidade gráfica é claramente superior à dos desenhos inclusos nos *Cadernos*; note-se que Philine Kalb refere, a propósito, ter contabilizado, há cerca de 20 anos, “pouco menos de 100 plantas” (Kalb, 1985: 2, *in* Prefácio a Leisner, 1985).

Por outro lado, foram desenhadas, em alguns dos *Cadernos*, plantas de melhor qualidade aparente, alterando mesmo, num caso ou noutra, as plantas esquemáticas de que M. Heleno foi, certamente, o autor. Trata-se de desenhos

realizados pelo Sr. Madeira, o referido “ajudante de preparos”, uma vez que foram legendadas com caligrafia distinta e, por vezes, aparecem mesmo assinadas.

Existe ainda em depósito no MNA um conjunto significativo de fotografias de campo, com imagens que revelam, até certo ponto, a metodologia das escavações e que, por outro lado, são a única documentação gráfica disponível sobre os monumentos entretanto destruídos. Na senda de J. L. Vasconcellos e de V. Correia, as fotografias nunca apresentam escala; em contrapartida, essa função foi, frequentemente, desempenhada por personagens: ele próprio, a sua mulher, os trabalhadores, ou mesmo camponeses (incluindo crianças) que estabelecem uma ponte, mais ou menos consciente, com a etnografia regional.

Apesar das limitações acima referidas, M. Heleno foi, em geral, rigoroso na descrição das arquitecturas e nas localizações dos monumentos, rigor que, aliás, foi possível confirmar no terreno.

Para além da escolha da área de estudo reflectir uma certa continuidade com os trabalhos anteriores – sobretudo os de V. Correia – a diversidade dos tipos de sítios registados, nomeadamente os abrigos, os santuários e os povoados, que ambos supunham directamente relacionados com as antas, remete, certamente também, para um contexto de continuidade.

V. Correia deixou, aliás, bem patente essa preocupação, afirmando que “*la abundancia de monumentos sepulcrales me llevó forzosamente a buscar la población*”, para além de “*otros monumentos que no podía dejar de considerar como de carácter exclusivamente religioso*” (Correia, 1921: 10).

Dez anos mais tarde, foi também com base numa presumida ligação entre os “*lugares de habitación, lugares de sepulturas y lugares de religión*” (Correia, 1921: 10) que M. Heleno elaborou a sua estratégia de estudo integrado do megalitismo alentejano.

Neste aspecto, nem um nem outro obtiveram resultados satisfatórios. V. Correia escavou um povoado calcolítico cuja contemporaneidade com as antas foi, certamente, apenas parcial, e, apesar de dispor de elementos mais do que suficientes para detectar diferenças, tanto mais que se propôs utilizar os materiais recolhidos no povoado como “*termino de comparación com los objectos encontrados en los dolmenes*” (Correia, 1921: 12), acabou por incluir todos os vestígios registados (incluindo as pequenas sepulturas) num mesmo patamar cronológico-cultural. A conclusão a que chegou foi a de que os habitantes do Castelo de Pavia foram “*los mismos que erigieron las antas disseminadas por los alrededores*” (Correia, 1921: 12). M. Heleno, por sua vez, também não conseguiu ultrapassar esses limites conceptuais. Os povoados que identificou e, sobretudo, aqueles em que recolheu um volume suficiente de espólio, são indiscutivelmente de cronologia calcolítica; por outro lado, alguns dos que classificou como fundos de cabana não são, provavelmente, povoados, mas monumentos funerários.

É certo que foi preciso esperar até aos anos 70 para que a questão do

povoamento megalítico voltasse a emergir, de forma igualmente ingénua, na investigação regional (Arnaud, 1971); pelo meio, nenhum dos estudiosos do megalitismo – com uma responsabilidade particular para o casal Leisner – se interessou por esse aspecto fulcral da contextualização dos monumentos.

Para além da herança de V. Correia, convém sublinhar que M. Heleno, conhecedor dos trabalhos do seu antecessor, tendo acesso aos materiais por ele exumados e eventualmente inspirado nas propostas gerais de Nils Åberg, Bosh-Gimpera ou Hugo Obermaier, teve o mérito de questionar e tentar confirmar no terreno, a existência de uma diacronia na construção e utilização dos monumentos megalíticos, que os distintos espólios e arquitecturas lhe pareciam testemunhar.

A propósito da sua pretensão de escavar nos concheiros do Tejo, onde, como se compreende, pretendia reunir provas para alicerçar o seu modelo evolutivo, afirmou numa polémica jornalística com Mendes Correia, que haveria “toda a conveniência científica em ali serem feitas escavações por investigadores sem ideias preconcebidas e sem teses a defender” (Diário de Notícias, 22.01.1933); esse não era, sem dúvida, o seu caso.

Em última análise, M. Heleno parece ter estado, desde o início, convencido de que trabalhava numa ilha praticamente imune a contactos com outras áreas megalíticas e de que, por isso, seria possível rastrear uma evolução linear, feita toda localmente, desde os monumentos (e artefactos) mais antigos até aos mais recentes. As escassas intrusões no processo só teriam surgido, de forma quase imperceptível, numa fase avançada do mesmo, sem que se tenha, nas suas reflexões, preocupado com as eventuais origens dessas influências.

Critérios de registo

Em relação aos Códigos alfabéticos utilizados por M. Heleno para identificar os monumentos – usados igualmente para identificar, no Museu, a proveniência dos materiais – e após a leitura dos vários *Cadernos de Campo* referentes à área em análise, verifica-se que algumas letras não chegaram a ser atribuídas (Rocha, 2005). É, no entanto, possível, que estes Códigos tenham sido atribuídos a monumentos intervencionados noutras áreas.

Verifica-se, além disso, que existem monumentos a que M. Heleno não atribuiu qualquer Código. Da análise dos *Cadernos de Campo* deduz-se que esta ausência resulta de duas situações distintas: a dos monumentos intervencionados que não forneceram espólio e, os monumentos intervencionados nos concelhos de Fronteira (em 1923) e de Estremoz (nos anos de 1930, 1931 e 1934), em que foi utilizado apenas o nome do monumento seguido de uma numeração sequencial.

Na verdade, em nenhum momento M. Heleno explica porque é que, no caso dos monumentos de Estremoz que, por exemplo, foram intervencionados nos mesmos anos que os dos outros concelhos (Montemor, Coruche, Mora e Arraiolos) e onde foi recolhido espólio, optou por não atribuir qualquer Código.

Outro aspecto interessante tem a ver com o facto de M. Heleno ter tornado a escavar monumentos já intervencionados por outros investigadores, nomeadamente por Almeida Carvalhaes, J. L. Vasconcelos e Júlio César Garcia, na área de S. Geraldo, nos anos de 1898-1900, e de V. Correia na área de Brotas, nos anos de 1914-18.

Em relação aos primeiros, apenas na anta do Pardilheiro, na Comenda do Coelho (Cd. 14), M. Heleno refere que “ela tinha sido escavada pelo Dr. Leite de Vasconcelos anteriormente (vide o que dela ha no museu) (...) torna-se necessário porem verificar o que se levou na 1ª escavação e que deve estar no Museu Etnológico” (Rocha, 2005, vol. 2, anexo 1, p. 102).

Em relação aos outros monumentos reescavados, em nenhum momento M. Heleno deixa transparecer se tinha, ou não, conhecimento dos trabalhos realizados anteriormente.

Quanto ao espólio, verificam-se duas situações distintas: uma, em que M. Heleno descreve em pormenor o espólio recolhido, fazendo referências a eventuais associações a outros materiais e à sua posição em relação à arquitectura dos monumentos, e outra, em que se limita a apresentar uma listagem sucinta do espólio recolhido.

Esta dualidade de critérios parece dever-se, em parte, à importância científica relativa que, na sua óptica, os monumentos apresentavam; na verdade, para além dos exemplares de grandes dimensões, como é o caso da anta A do Paço que, pela sua complexidade ao nível dos enterramentos, dentro e fora do monumento, e pelo elevado número de materiais recolhidos, lhe despertou particular interesse, M. Heleno parece ter, desde o início, privilegiado as pequenas sepulturas, anotando todos os materiais e acrescentando, frequentemente, comentários de índole cronológica e cultural. Nas fases finais do projecto, a partir de meados dos anos 30, parece detectar-se uma diminuição dos cuidados no registo, denotando, eventualmente, algum cansaço ou mesmo um certo desapontamento.

De salientar ainda que M. Heleno elaborou a maior parte das suas conclusões com base em comparações com os sítios que ele próprio tinha escavado; as referências a outras estações arqueológicas são muito raras, exceptuando-se, quase exclusivamente, as comparações com Alcalar, de que tinha conhecimento através dos trabalhos de Estácio da Veiga (Veiga, 1886, 1887, 1889, 1890).

A descrição das arquitecturas, salvo raras excepções, também pretendeu ser (e, mesmo pelos parâmetros actuais, conseguiu-o) bastante exhaustiva. M. Heleno anotou todas as medidas de cada um dos esteios (largura, altura e espessura), os dois diâmetros da câmara (longitudinal e transversal), as diversas larguras do corredor (entrada, meio e fim), a presença/ausência de tampas no corredor e do chapéu da câmara, a eventual existência de covinhas, gravuras e pinturas e, por vezes, também refere o diâmetro da mamoa. Regista ainda, nos *Cadernos*, a presença pontual de divisões internas ou de outras estruturas anómalas.

As anotações/comentários finais são, por outro lado, elementos imprescindíveis para identificar as questões e os modelos interpretativos que, de forma mais ou menos assumida, nortearam o projecto de M. Heleno no Alentejo Central (Rocha, 2005).

As escavações eram realizadas, dentro de cada campanha, por núcleos de monumentos. De facto, analisando as datas de intervenção de cada um, verifica-se que M. Heleno foi escavando sucessivamente as antas que ficavam nas proximidades das anteriores e registando, nos *Cadernos de Campo*, as informações que foi obtendo sobre a localização de outros monumentos, que futuramente viria a escavar.

Tudo indica que a identificação de novos sítios resultou de um cruzamento de recolha sistemática de informação oral, com batidas de campo, efectuadas, eventualmente, pelos colaboradores, em paralelo com as escavações.

Houve também alguns casos em que reescavou os seus próprios monumentos, quer para esclarecer dúvidas que se tinham colocado com a primeira intervenção, quer para completar escavações interrompidas por más condições atmosféricas. Por outro lado, em alguns casos, M. Heleno refere que guardou terras (separando por montes, consoante a área de onde provinham) que, por estarem muito molhadas, não podiam ser crivadas. Posteriormente, na sequência da crivagem, descreve os materiais recuperados.

Importa sublinhar aqui a crivagem dos sedimentos escavados foram, supostamente, sistemáticos, hipótese aparentemente confirmada, aliás, pela presença, nas colecções do Museu, de esquirolas e artefactos líticos de dimensões muito reduzidas. Neste aspecto, M. Heleno superou aparentemente a qualidade das intervenções de V. Correia; na verdade, só assim se pode explicar a estranha ausência de geométricos nos dados publicados por este investigador, a não ser que se trate de uma lacuna nos seus conhecimentos arqueológicos e ele os tenha incluído na categoria de “facas de sílex”. Porém, os conhecimentos gerais evidenciados por V. Correia sobre a arqueologia portuguesa da época, contrariam esta última hipótese.

Recolheu também, em muitos monumentos, amostras de terras com cinzas, demonstrando um interesse, inusitado para a época, por este tipo de registo. As anotações sobre aspectos de carácter ritual, embora escassas, são igualmente importantes; destacam-se as observações sobre a posição dos esqueletos, os eventuais indícios de cremações ou a posição de alguns artefactos. De realçar que os restos humanos recuperados por M. Heleno, apesar de serem, em termos absolutos, muito escassos, permitiram-nos obter alguns dados significativos sobre os tipos de deposições, a distribuição etária e sexual dos indivíduos representados e detectar, ainda, algumas lesões patológicas (Rocha, 2005), para além de algumas datações.

O discurso

Um dos aspectos interessantes das anotações de M. Heleno, nos *Cadernos de Campo*, tem a ver com a terminologia utilizada.

Por um lado, apesar de tender a designar como “antas” todos os monumentos, hesita, num caso ou noutro (Rocha, 2005, vol. 2, anexo 1, p. 90, 101), e alguns dos monumentos de câmara simples são designados como sepulturas, tal como, aliás, todos os que se parecem inscrever em cronologias da Idade do Bronze ou posteriores. Subentende-se, nesta ambiguidade, uma eventual influência da linguagem usada por V. Correia que, de uma forma geral, optou por distinguir antas e sepulturas (Correia, 1921).

As plantas das sepulturas são, quando apresentam forma quadrangular, “em forma de caixa ou galeria”, conforme se apresentavam fechadas ou abertas; para além da câmara e do corredor, considera, em alguns casos, a presença de “vestíbulos”, “antecâmaras” e “átrios” (Rocha, 2005, vol. 2, anexo 1, p. 86 e ss.).

Em várias passagens dos *Cadernos*, o autor faz comparações com os *tholoi* de Alcalar (sem nunca designar o tipo de monumento), referindo também a “época alcalarense” (Rocha, 2005, vol. 2, anexo 1, p. 80) e com as grutas artificiais de Alapraia. Por outro lado, no caso de um monumento parcialmente construído em pedra seca (a anta 1^a das Picanceiras), compara esse detalhe com a “técnica alcalarense”, interrogando-se sobre a origem dessa técnica “nos dolmens primitivos” e concluindo que se trata de “uma técnica muito antiga, não estrangeira” (Rocha, 2005, vol. 2, anexo 1, p. 249).

Para além destas descrições mais científicas utiliza, tanto nas arquitecturas, como no espólio, outras expressões, recorrendo frequentemente ao uso de diminutivos (Rocha, 2005).

As questões cronológicas: espólios *versus* arquitecturas

As primeiras ideias de M. Heleno, sobre a evolução cronológica do megalitismo aparecem expressas, nos *Cadernos de Campo*, a partir de 1936, cinco anos após ter dado início ao seu projecto de escavações no Alentejo (Rocha, 2005, vol. 2, anexo 1, p. 183).

Os monumentos mais antigos, que surgiriam na sequência dos concheiros de Muge, seriam individuais, cronologicamente enquadráveis dentro de uma fase antiga do Neolítico e seriam de pequenas dimensões, tanto a nível dos diâmetros como da própria altura dos esteios.

A evolução da arquitectura ter-se-ia então processado por um aumento gradual destas medidas e a primeira manifestação da tendência para a formação do corredor seria pela diferenciação das altimetrias dos esteios, nas sepulturas alongadas. Os esteios mais a Este eram mais altos do que os do lado Oeste. A estes primeiros monumentos estavam ainda associados os espólios mais simples com machados de secção redonda/ovalada e quadrangular, feitos de lascas, com o corpo

picotado ou por polir, geométricos e escassas cerâmicas. Como se referiu anteriormente, M. Heleno considerava as goivas como muito tardias, pelo que a sua presença em pequenas sepulturas, levava-o a considerar estas como prováveis antelas da Idade do Bronze (Rocha, 2005, vol. 2, anexo 1, p. 81, 131).

A partir do momento em que surgem as antas com corredor e enterramentos colectivos, M. Heleno deixa de fazer comentários cronológicos precisos sobre a arquitectura. Por vezes, apenas as grandes dimensões ou a disposição dos esteios o leva a referir que lhe parece um monumento mais evoluído. Mas as cronologias para estes monumentos podem aferir-se sobretudo pelos comentários que realiza sobre os espólios, a presença ou ausência de determinados materiais, por vezes por comparação com outros monumentos, o que nos leva a considerar que esta fase que se desenvolve a partir do Neolítico final e se estende até ao Calcolítico, é avaliada essencialmente pelos materiais arqueológicos.

Assim sendo, a presença de placas de xisto e de pontas de seta pertencem a monumentos do Calcolítico inicial. As placas antropomórficas são de monumentos (segundo ele sobretudo as que tinham átrio) de cronologia imediatamente anterior, ou seja Neolítico final/Calcolítico e, os báculos e o cobre do Calcolítico pleno.

A comparação das arquitecturas e dos espólios entre os dois grupos por ele intervencionados, o de Estremoz e o de Montemor leva-o ainda a considerar que as antas “primitivas” eram maiores no Alto Alentejo do que na área de Montemor e que a evolução se teria processado de forma diferente nesta área, uma vez que não existiam os tipos arquitectónicos intermédios (B - trapezoidais) e que os geométricos se mantiveram durante mais tempo, aparecendo ainda associados às pontas de seta de base convexa ou de espigão.

As sepulturas existentes nas mamoas não foram, regra geral, interpretadas como enterramentos muito posteriores. Nuns casos, M. Heleno propõe que elas seriam de “subalternos” e, noutros, que se deveriam à ausência de espaço no interior da anta. Em ambos os casos, seriam contemporâneas ou imediatamente posteriores, não havendo hiatos na utilização do monumento. Em todo o caso, M. Heleno identificou a presença de posteriores reutilizações da Idade do Ferro e do período romano.

Para além das observações contidas nos *Cadernos de Campo*, dispomos de um documento muito interessante que, de certa forma, constitui uma síntese final do esquema interpretativo idealizado por M. Heleno (Fig. 5), a partir das suas escavações nos monumentos alentejanos; esse texto baseou-se nas “Lições de Arqueologia de 1955-56”, proferidas por M. Heleno na Faculdade de Letras de Lisboa e que foram facultadas por A. H. de Oliveira Marques – que tinha sido seu aluno – ao colaborador da edição portuguesa de A. Varagnac, Vitorino Magalhães Godinho.

Neste texto, que obviamente reflecte alguma actualização das posições anteriores, verifica-se que M. Heleno considerava já uma fase mais antiga com cerâmica cardial, a que se seguiriam, numa segunda fase, “os dólmenes simples –

triangulares, poligonais, sobre o circular” e em que o enterramento seria “predominantemente individual”; em termos artefactuais teríamos, “machados redondos picados, goivas, facas finas e recurvadas, pequenas pontas de ardósia; a louça é de início lisa e do tipo europeu ocidental, depois surge a almagrada”. Como conclusão, ao arrepio da tese de A. Varagnac, propunha que “os dólmenes simples não seriam pois resultado de uma barbarização de formas mais complexas que teriam penetrado pelos estuários do Tejo e do Sado vindas do Mediterrâneo oriental (V. M. Godinho, *in* Varagnac, 1963: 385).

A inclusão de uma fase cardial entre o Mesolítico e os primeiros monumentos megalíticos não aparece expressa em nenhum dos *Cadernos de Campo* analisados. Pelo contrário, M. Heleno sugere uma evolução directa dos enterramentos em fossa dos concheiros para as primeiras sepulturas individuais, sem tomar em consideração aquilo a que hoje chamamos Neolítico antigo. É, no entanto, natural que, em meados dos anos cinquenta, M. Heleno tivesse alterado um pouco as suas propostas evolutivas. Na fase seguinte, segundo as anotações de A. H. Oliveira Marques, M. Heleno propunha que “dos dólmenes simples ter-se-ia passado às galerias cobertas. Entra-se no período de inumação colectiva” (V. M. Godinho, *in* Varagnac, 1963: 386). Seguidamente, “complicando-se, os dólmenes tornam-se de câmara e corredor. (...) Como exemplo, indiquem-se os de Pavia (Alentejo), estudados por V. Correia”. Por último, “os dólmenes de falsa cúpula são posteriores, no Ocidente peninsular, aos atrás enumerados”; em abono desta leitura, são invocados os resultados obtidos “em Reguengos de Monsaraz, onde as escavações de Leisner encontraram um desses por cima de uma mamoa que cobria um dólmen de corredor.” Por outro lado, “os dólmenes de cúpula não resultam de uma evolução local mas sim representam uma penetração de cultura mediterrânea por via marítima.” Quanto aos espólios líticos, “o complexo industrial evolui in loco de um Mesolítico tardenoisense no Centro e Sul (sílex trapezoidais) e asturiense no litoral norte – com descidas até à costa algarvia – (picos de pedra para arrancar mariscos), com aspectos azilenses (sem arpões) e infiltrações campignyenses, para um Neolítico fruste mas depois progressivo, e daqui, insensivelmente quase, para o Calcolítico e Bronze, mas recebendo contribuições terrestres e marítimas, trazidas por relações mercantis (...) em proveniência do Próximo Oriente por via mediterrânea e por via danubiana” (V. M. Godinho, *in* Varagnac, 1963: 385-386)

O contributo dos dados de Manuel Heleno: uma síntese provisória

A questão das cronologias

Ao iniciar o estudo dos *Cadernos de Campo* de M. Heleno, tinha a esperança de vir a encontrar neles, não a chave definitiva para a génese e evolução do

megalitismo alentejano, mas, pelo menos, um contributo sólido nesse sentido, tendo em conta o pouco que M. Heleno deixara transparecer no pouco que publicou.

Rapidamente, a ilusão se desvaneceu. Na verdade, o próprio M. Heleno, embora convencido, como, aliás, a maior parte de nós, de que estava perante uma evolução arquitectónica – do mais simples para o mais complexo – cedo se apercebeu de que não se tratava de um processo linear e que não bastava datar os artefactos a partir de um quadro tipológico evolutivo das arquitecturas, ou vice-versa.

Depois de M. Heleno, o problema, em vez de ser ultrapassado, à medida que se alargava a base de dados de referência e se obtinham datas radiocarbónicas e análises estratigráficas mais atentas, complicou-se.

Em termos de cronologia absoluta, o panorama actual para o Sul do país (ver Quadro 1 e 2) é, para além de limitado numericamente, discutível quanto às implicações sobre a diacronia efectiva das arquitecturas.

Abstraindo das datas, atrás comentadas, cuja antiguidade, por terem sido obtidas a partir de carvões merecem, por enquanto, algumas reservas (assim como as datas de TL do Poço da Gateira 1 e de Gorginos 2, que necessitam de ser confirmadas por métodos mais precisos), o quadro disponível merece certamente alguns comentários gerais.

Verifica-se, antes de mais, uma contemporaneidade estatística entre as antas de corredor mais antigas (anta 4^a da Cabeceira) e as sepulturas megalíticas de planta simples, como as da Rabuje 5 ou a do Cabeço da Areia, por volta de meados do 4^o milénio a.C. É igualmente notória a simultaneidade aparente entre antas de corredor, *tholoi* e hipogeus, a partir dos finais do mesmo milénio. Existem, por outro lado, dois casos em que as evidências radiocarbónicas (tal como as artefactuais: veja-se, por exemplo, o braçal de arqueiro da anta 4^a do Zambujeiro) apontam para reutilizações na Idade do Bronze.

Em todo o caso, no estado actual dos nossos conhecimentos, seria certamente arriscado atribuir demasiado valor a este conjunto de datações, sobretudo quando se trata de indagar as origens das arquitecturas: as discrepâncias entre arquitecturas e espólios (artefactos, ossos e carvões), frequentemente observadas (Bueno *et al.*, 1996-2002), exigem um modelo interpretativo que não passa, seguramente, por uma ordenação linear das datações disponíveis.

Assim, o balanço actual sobre a génese e evolução do megalitismo funerário no ocidente peninsular permite, sem dúvida, manter o essencial da avaliação feita, há cerca de 70 anos, por M. Heleno.

Por um lado, as datações mais altas, arqueologicamente sustentáveis – a par das datações mesolíticas mais tardias – não contradizem a origem mesolítica, ainda que indirecta, dos construtores dos monumentos mais antigos, a que os micrólitos geométricos dão substância artefactual; porém, a generalização do fenómeno a círculos megalíticos geograficamente muito afastados do Alentejo Central, enfraqueceu drasticamente o papel fundador que M. Heleno atribuiu às populações

dos concheiros do Tejo.

A imagem global de uma maior antiguidade dos monumentos mais arcaicos (e, aparentemente, também dos dolmens de corredor) no Norte da Península, conjugável, numa visão de conjunto, com as datas de alguns monumentos bretões (Gonçalves, 1992: 205; Calado, 2004; Cassen *et al.*, 2000; Mohen e Scarre, 2002), é, por enquanto, apenas uma hipótese a ter em conta; porém, a crença numa origem puramente autóctone, alentejana, do megalitismo funerário, parece perder terreno, embora num cenário em que as evidências cronométricas não podem ser consideradas ainda suficientes.

Quanto à sequência evolutiva proposta por M. Heleno, parece-me que, no essencial, ela se mantém operativa; no entanto, somos, hoje, obrigados a assumir uma complexidade completamente distinta, tanto na forma como as arquiteturas se distribuem no tempo e no espaço, como no modo como os procedimentos rituais e os processos tafonómicos contribuíram para a formação do registo arqueológico.

O indigenismo exacerbado de M. Heleno, marcado por uma “visão provinciana das evoluções em ambiente fechado” (Gonçalves, 1992: 104), tinha começado a ceder logo com os trabalhos dos Leisner.

Por outro lado, a abertura das fronteiras políticas europeias tende, hoje em dia, a facilitar olhares cada vez mais transversais e uma recuperação dos dois grandes traumas isolacionistas que o século XX introduziu no estudo do megalitismo europeu: os nacionalismos, na primeira metade do século e, a partir dos 70, sob a batuta de C. Renfrew, um certo poligenismo, resultante de uma abordagem processualista, que, em Portugal, não parece ter tido demasiados reflexos directos.

Como balanço final desta análise, em que procurei analisar as discrepâncias observadas, apresento um esboço de modelo interpretativo que pretende integrar, em traços gerais, essas supostas anomalias.

Antes disso, importa rever os principais contributos deste conjunto de dados, à luz de um enquadramento regional que não esgota, nem isso foi pretendido, o potencial informativo que ele efectivamente contém. Os traços peculiares desta área megalítica não foram, em geral, discernidos por M. Heleno, uma vez que, nessa altura, os dados disponíveis não permitiam ainda exercícios comparativos com outras áreas da região; Pavia, a única excepção digna de nota, insere-se, naturalmente, no mesmo contexto geográfico.

Esta especificidade manifesta-se, por exemplo, na abundância relativa de sepulturas megalíticas, sem outros paralelos na região alentejana, onde as antas de corredor constituem, virtualmente, a quase totalidade dos monumentos. M. Heleno procurou, como se viu, explicar este facto com base na proximidade geográfica em relação ao território dos concheiros do Tejo, de onde seriam directamente provenientes os primeiros construtores das sepulturas mais simples. A reforçar esta filiação, teríamos os artefactos mais arcaizantes, representados pelos micrólitos geométricos.

É claro que um tal modelo nos parece hoje um *by-pass*, uma vez que contorna a questão da presença, sobejamente confirmada, de uma ocupação do Neolítico antigo, no Alentejo Central (Calado e Rocha, 1996; Gonçalves, 2002a; Diniz, 2003; Calado, 2004b). Seria de esperar, numa perspectiva igualmente indigenista, mas muito mais linear, que fossem essas primeiras comunidades neolíticas as eventuais descendentes directas das populações dos concheiros; as primeiras sepulturas megalíticas teriam sido, nesta óptica, o resultado da expansão, a partir de um núcleo original, localizado nos arredores de Évora, numa fase em que as cerâmicas decoradas teriam já entrado em acentuado declínio (Calado, 2004).

No entanto, talvez seja possível conciliar estas duas hipóteses, sobretudo se aceitarmos, como alguns dados sugerem, uma sobrevivência dos últimos caçadores-recolectores até um momento relativamente avançado do Neolítico regional.

Haveria, nesta alternativa, duas fases de neolitização do Alentejo Central, ambas alimentadas, em termos démicos, pela população dos concheiros mesolíticos: uma, algures na segunda metade do 6º milénio a.C., de que teria resultado a construção de menires e a fundação de povoados com cerâmicas impressas, cujo epicentro se localizaria, sobretudo, entre Évora e Reguengos de Monsaraz e que teria coexistido, durante alguns séculos, com os concheiros. Esta fase parece começar também a ganhar novos dados com as recentes escavações realizadas no sítio da Barroca 1 (Mora) pela signatária e M. Calado, onde se encontra presente uma indústria tipicamente mesolítica; a outra, em meados do milénio seguinte, que corresponderia ao esvaziamento definitivo dos territórios estuarinos e à entrada de novos rituais funerários, a par das cerâmicas lisas.

Entre as sepulturas megalíticas escavadas por M. Heleno parece, por outro lado, desenhar-se uma personalidade própria, também no que diz respeito à orientação das aberturas; de facto, apesar de, na maior parte dos casos, não ter sido possível confirmar as anomalias detectadas, parece haver aqui desvios a um padrão de que, nas restantes áreas do Alentejo Central, não se conhecem outras excepções (Hoskin e Calado, 1998); a mesma norma (orientação para nascente/sul) foi atestada em relação à maior parte dos menires e conjuntos de menires da região (Silva e Calado, 2003; Alvim, 2004; Calado, 2004).

Por outro lado, a acentuada variabilidade relativa das arquitecturas evoluídas também não foi contrastada, por M. Heleno, com o panorama das outras áreas regionais, pelas mesmas razões acima apontadas.

Porém, a comparação com os conjuntos melhor estudados – a bacia do Sever e o território “megalítico” de Reguengos de Monsaraz – permite detectar algumas anomalias, nomeadamente no que diz respeito ao número de esteios nas câmaras das antas que, por exemplo, na bacia do Sever, são invariavelmente sete, ou a certas soluções pouco comuns, em termos planimétricos.

Esta variabilidade poderia, como tem sido sugerido, remeter para diferenças cronológicas, relacionáveis, de algum modo, com a presença diferencial de sepulturas

megalíticas e que as datas até agora obtidas para a área de Reguengos de Monsaraz, todas muito recentes (Gonçalves, 2003d), poderiam, eventualmente, corroborar. Na verdade, apesar das reticências, porventura justificadas (Gonçalves e Sousa, 1997, 2000; Soares, 1996), sobre as séries de datações disponíveis para o Norte do país (Jorge, 1985, 1993; Cruz, 1992, 2001), estas apontam persistentemente para a segunda metade do 5º milénio a.C, datas que, por enquanto, não existem no Alentejo, isto se excluirmos desta apreciação, as datas de TL (Whittle e Arnaud, 1975) que, até hoje, não foram confirmadas por outros métodos (ver Quadro 2).

Note-se que, se contornarmos, para Norte, as costas da fachada atlântica europeia, encontramos datas, sobretudo na Bretanha, substancialmente mais antigas, tanto para as arquiteturas simples, como para os dólmens de corredor (Giot *et al.*, 1998; Boujot e Cassen, 1999; Cassen *et al.*, 2000; Mohen e Scarre, 2002). Na própria Cantábria, onde a investigação em torno das origens do megalitismo funerário, tem tido, como termos de referência, as últimas sociedades mesolíticas regionais (Arias Cabal, 1991, 1997, 1999; Arias Cabal *et al.*, 2000; Blas Cortina, 2000), existem actualmente datas, aparentemente indiscutíveis, para a segunda metade do 5º milénio a.C.

Neste quadro, poderia inverter-se o sentido geral das cronologias relativas, inspiradas directa ou indirectamente em M. Heleno: em vez de uma antiguidade maior e de uma origem puramente local, as sepulturas megalíticas alentejanas e, numa segunda fase, as antas, corresponderiam a influências chegadas, em última análise, da Bretanha, e que, ao contrário do que M. Calado propõe para os menires (Calado, 2004b), poderiam ter sido filtradas por contactos intermédios. O papel dos últimos mesolíticos na chegada dessas novas modalidades rituais perderia, nesta óptica, muito do protagonismo que Heleno lhes quis outorgar.

Destaca-se, por último, o registo de M. Heleno da presença – não confirmada – de restos de pintura em alguns, raros, monumentos desta área, sem paralelos conhecidos no Sul do país. Juntamente com as pontas de seta com espigão e de base convexa, este é um elemento que sugere a existência de um eixo longitudinal, ainda que ténue, ligando esta área com outras áreas megalíticas do Norte de Portugal e Galiza, onde a pintura é, por assim dizer, rotineira.

A questão dos *tholoi* escapou completamente às investigações de M. Heleno, apesar das múltiplas referências que foi fazendo, nos *Cadernos*, aos trabalhos de Estácio da Veiga; no entanto, alguns indícios sugerem que estamos aqui na periferia da área de dispersão destes monumentos, cuja vinculação ao Sul peninsular, em sentido amplo, está hoje bem assente.

Como vimos, não é certo que M. Heleno tenha escolhido, de forma intencional, estudar duas áreas, geograficamente discretas, em que os monumentos foram construídos, respectivamente, em granito e em xisto, uma vez que, no seu discurso, não parece ter dado grande relevo a essas diferenças.

No que diz respeito às antas de corredor, M. Heleno teve, efectivamente,

oportunidade de observar monumentos, feitos em xisto, cuja monumentalidade os aproxima indiscutivelmente dos congéneres em granito. Em contrapartida, no que toca às sepulturas megalíticas, os dados de M. Heleno ter-lhe-iam permitido, de facto, identificar algumas diferenças que vão ao encontro das observações, feitas nos últimos anos, no Nordeste alentejano e nas áreas espanholas limítrofes (Bueno, 1989, 1994; Oliveira, 1998b; Bueno *et al.*, 2000).

Parece, de facto, que se constroem ainda sepulturas sem corredor, nas áreas de xisto, quando, nas de granito, os mesmos modelos estariam já em desuso. As placas de xisto e as pontas de seta da sepultura da Talha 1, por exemplo, não têm paralelos em nenhuma das sepulturas de granito; pelo contrário, em antas de corredor curto, como a do Poço da Gateira 1, em Reguengos de Monsaraz, não ocorrem ainda esses artefactos.

É preciso, talvez, recordar as profundas diferenças observadas, no Alentejo Central, quando comparamos o povoamento Neolítico e Calcolítico das áreas de xisto, com o das de granito.

Com efeito, os povoados de ar livre do Neolítico antigo da região (tal como os menires) relacionam-se, de uma forma quase exclusiva, com as paisagens graníticas, enquanto o povoamento do Neolítico final parece restringir-se, por agora, aos granitos e, sobretudo, aos solos detríticos, com potencial agrícola relevante (Calado, 2002b, 2004c). Nos xistos, quase sem excepções, ocorrem apenas os povoados calcolíticos, presentes, aliás, em todos os contextos geológicos da região.

Estas observações, assentes em prospecções muito intensivas, desenvolvidas nos últimos anos, sugerem uma prioridade na ocupação dos terrenos graníticos e uma expansão tardia, eventualmente resultante de um crescimento demográfico, ávido de espaço; convém recordar, neste capítulo, o potencial agrícola muito mais reduzido das áreas xistosas, que explicaria, como se tem defendido para a bacia do Sever, a pobreza relativa das arquitecturas e dos espólios dos monumentos de xisto (Oliveira, 1998b).

Por outro lado, apesar das referidas excepções, é, frequentemente, muito mais difícil obter lajes de grandes dimensões nos terrenos xistosos do que nos granitos: as arquitecturas adaptam-se, naturalmente, aos condicionalismos técnicos impostos pela matéria-prima. Posto isto, as semelhanças arquitectónicas entre alguns dos pequenos monumentos de xisto e as sepulturas megalíticas dos granitos não implicam, necessariamente, sincronismos.

Por outro lado, o panorama actual relativo ao povoamento do Neolítico antigo, com cerâmicas impressas, no Alentejo interior, apresenta assimetrias cuja importância para a compreensão das diferentes modalidades observadas no megalitismo funerário, talvez seja mais relevante do que habitualmente se julga.

É certo que os dados de M. Heleno, só por si, não seriam suficientes para caracterizar, neste aspecto, a área de estudo; no entanto, as prospecções que eu própria efectuei, nesta área e na área de Pavia (Rocha, 1999), a par dos trabalhos de

outros autores, em contextos geograficamente próximos, parecem implicar, no mínimo, uma intensidade muito menor, em comparação com a que tem vindo a ser identificada nas áreas de Évora e Reguengos de Monsaraz.

Essa ausência virtual que, como referi, é característica dos terrenos xistosos do interior, afecta igualmente as áreas graníticas do distrito de Portalegre (e da Beira Baixa), em contraste notório com o que se passa um pouco mais a Sul. Na verdade, numa escala micro-regional, parece claro que existe alguma exclusão entre as áreas ricas em povoamento do Neolítico antigo (e menires) e as áreas com maiores concentrações de antas e sepulturas megalíticas (Calado, 2004b: 154).

Mesmo que, segundo creio, esta ausência seja menos absoluta do que actualmente parece, é provável que o desenvolvimento da investigação regional venha a alterar apenas ligeiramente este vazio. Por outro lado, se considerarmos a equação Neolítico antigo = menires, as expectativas mantêm-se igualmente muito baixas.

Os espólios reforçam, também eles, as especificidades regionais da área de estudo, embora num quadro de abertura extra-regional, muito distinto daquele que era proposto por M. Heleno. As pontas de seta são, segundo creio, um dos elementos diferenciadores, em relação a áreas mais a Norte ou mais a Sul mas que, ao mesmo tempo, denunciam evidentes contactos inter-regionais.

A presença muito significativa de placas de xisto e báculos – em contraste com as escassas ocorrências, fora do Alentejo Central – permite, por outro lado, considerar esta área como muito próxima da área nuclear de produção desses artefactos.

Já quanto à presença de placas de grés, ausentes nas áreas megalíticas mais a Sul, apesar dos raros exemplares registados, tudo indica que estamos em presença de um centro produtor e de uma área de distribuição alternativos, num círculo aparentemente mais restrito, cujo foco ainda não foi possível localizar.

Também os escassos espólios domésticos, com pratos de bordo espessado e pesos de tear, por exemplo, se enquadram, sem atritos, nos contextos calcolíticos do Sul peninsular.

A par do leque de traços específicos atrás comentado, os dados em análise oferecem igualmente outras características mais gerais, que se me afiguram indispensáveis para a construção de uma visão de conjunto sobre o megalitismo funerário no ocidente peninsular.

Em primeiro lugar, os micrólitos geométricos. Estes artefactos ocorrem, como referi, em toda a fachada atlântica peninsular, em contextos megalíticos dos mais diversos, desde as pequenas sepulturas fechadas sob *tumulus*, até aos *tholoi* e às grutas artificiais. A origem mesolítica, ainda que remota, destas indústrias não pode, naturalmente, ser questionada; na verdade, a generalidade dos autores reconheceu uma maior presença de micrólitos nos monumentos que, nas diversas áreas, correspondem às respectivas fases iniciais ou, no caso dos monumentos mais evoluídos, nos respectivos níveis inferiores (Kalb, 1981; Jorge, 1985: 389; Rodriguez-

Casal, 1988; Cruz, 1992: 74; Silva, 1999: 528-529). Segundo M. Heleno, na anta A do Paço, foram recolhidos micrólitos no alvéolo de um dos esteios; esta observação estratigráfica, permite eventualmente interpretar a deposição destes artefactos, num monumento complexo, como parte do respectivo ritual de fundação, anterior portanto ao início das eventuais deposições primárias.

Em termos de variabilidade interna, nos geométricos “megalíticos”, em geral, predominam os trapézios e, dentro destes, os assimétricos, seguidos dos crescentes, enquanto os triângulos estão, em quase todos os casos, pouco representados (Leisner, 1951: 54-58; Leisner, 1959: Taffel 45, 46, 48; Jorge, 1985: 389; Cruz, 1992: 74; Oliveira, 1998b: 531; Blas Cortina, 2000: Fig. 1, Fig. 3; Senna-Martinez e Ventura, 2000: 384, Est. VII; Silva, 1999: 525-527); em suma, apesar de uma relação genética indiscutível, verificam-se algumas diferenças face aos espólios mesolíticos e, em particular, como se viu, em relação à Moita do Sebastião, um dos concheiros com datas mais antigas.

Porém, é a extraordinária sobrevivência dos geométricos ao longo de toda a sequência megalítica, que tem, naturalmente, causado as maiores perplexidades. Neste aspecto, as explicações têm-se normalmente refugiado em conceitos relativamente vagos – sobrevivências e arcaísmos –, em relação aos quais não existem confirmações independentes, ou até em tentativas de negação das óbvias relações de contemporaneidade (Andrés, 2000: 262).

Tal como o grupo anterior, também as cerâmicas lisas são uma norma, quase sem excepções, no contexto dos rituais megalíticos do ocidente peninsular. Esta característica conjuga-se, aliás, com as cronologias mais altas de que dispomos, que apontam para esse “buraco negro” que, convencionalmente, designamos como Neolítico médio.

Não deixa, no entanto, de surpreender a ocorrência, num caso ou noutro, e quase sempre em monumentos evoluídos, de cerâmicas decoradas que, pelo menos tipologicamente, são atribuíveis ao Neolítico antigo, repetindo, embora em muito menor escala, a “sobrevivência” dos geométricos. Note-se que este tipo de cerâmica aparece geralmente muito fragmentado, a par de cerâmicas lisas inteiras (Leisner e Leisner, 1951: 105, Est. XXX; 1959: Tafel 3, nº2; Tafel 14, nº1; Tafel 20, nº 2, 25).

Arquitecturas versus espólios: um modelo interpretativo

A relação entre a arquitectura e os espólios não deve, a meu ver, ser vista de forma linear uma vez que se encontra intrinsecamente ligada à história complexa de alguns grandes monumentos funerários, quer por terem tido uso continuado, durante períodos mais ou menos longos, quer por terem sido reutilizados. Num caso ou noutro que, em termos arqueológicos, se podem perfeitamente confundir, uma parte dos espólios é, naturalmente, muito mais recente do que os monumentos em si. Este problema agrava-se, nos terrenos ácidos, pois, como sabemos, são os ossos mais recentes os que têm maiores probabilidades de sobreviver, já que a própria dissolução

do material mais antigo tende a baixar a acidez do solo. Por outro lado, os novos enterramentos perturbaram, muitas vezes, as deposições mais antigas, removendo ossadas e oferendas das respectivas posições originais e exigindo, aos arqueólogos, cuidados de observação estratigráfica redobrados (Gonçalves, 1992: 164).

Na verdade, no Alentejo Central, o uso prolongado dos mesmos monumentos parece, naturalmente, aplicar-se apenas às antas; quanto às pequenas sepulturas megalíticas, onde esse tipo de uso não faria muito sentido, temos, em contrapartida, indicadores claros de que foram objecto de reutilizações, em épocas muito avançadas da história do megalitismo regional (campaniforme e Bronze), ou mesmo em épocas muito posteriores.

Essas reutilizações assumiram, na região, formas distintas; no entanto, parece ter sido dada, em época campaniforme, preferência às pequenas sepulturas, eventualmente por serem aquelas que, arquitectonicamente, se aproximavam mais das cistas, numa altura em que estas começavam a constituir o tipo de enterramento mais padronizado; nas antas, para além dos enterramentos nos corredores, temos alguns exemplares curiosos, em que o esteio de cabeceira foi retirado e anexada, no exterior, uma sepultura cistóide (Rocha, 2007a), como aconteceu também, pelo que parece, no Lousal (Ferreira e Cavaco, 1955-57).

A presença extemporânea de artefactos campaniformes, nem sempre muito bem contextualizados, é, como a própria parafernália artefactual que caracteriza este período, recorrente noutras áreas europeias (Salanova, 2003). De acordo com os *Cadernos* de M. Heleno, na anta 2 do Batepé foi recolhida uma ponta metálica, de tipo Palmela, a uma profundidade nitidamente inferior ao resto do espólio, parecendo, por isso, uma indiscutível reutilização, embora o escavador não avance tal interpretação (Rocha, 2005).

No Alentejo Central, as reutilizações das antas de corredor, com intrusão de artefactos metálicos são como se viu, muito limitadas; em Reguengos, registaram-se apenas três casos: a anta da Herdade do Duque, a anta 2 do Poço da Gateira e a anta 2 do Olival da Pega (Gonçalves, 1992: 107). Das escavações de Heleno, destacam-se os enterramentos do corredor da anta de Nossa Senhora da Conceição, em Estremoz, com materiais campaniformes associados, conforme me foi possível confirmar nos depósitos do MNA; como se sabe, os Leisner tornaram muito conhecido o caso da anta das Casas do Canal, publicada, mas não escavada, por M. Heleno, onde, no corredor foi identificado um depósito de peças campaniformes, presumivelmente associado a um enterramento (Leisner e Leisner, 1955).

No entanto, está por fazer uma triagem tipológica, sistemática, das cerâmicas depositadas em muitas antas – recentemente tentou-se fazer uma primeira sistematização desta problemática (Mataloto, 2007) – onde, à primeira vista, parecem surgir ocorrências da Idade do Bronze, fenómeno que algumas datas parecem atestar (Oliveira, 1997). É claro que a simples variabilidade arquitectónica pode ser explicada, dentro de cada tipo genérico de monumentos, por factores muito diversos,

nomeadamente constrangimentos de matéria-prima, mão-de-obra disponível ou, simplesmente, aspectos derivados do agenciamento humano, nomeadamente “habilidade, exigências ou rigor bem diferentes” (Gonçalves, 1992: 124), por parte dos construtores. O facto de, normalmente, serem utilizados na construção dos monumentos, blocos não trabalhados (Gonçalves e Sousa, 2003: 207; Scarre, 2004), tende a aumentar, só por si, a diferenciação morfológica. No conjunto em análise, a ausência de placas de xisto e pontas de seta das sepulturas megalíticas de granito, sugere que as reutilizações não foram uma prática corrente antes da época campaniforme.

Importa sublinhar que, para além das inumações repetidas e das reutilizações, houve, segundo creio, outros fenómenos que perturbaram, em diversos níveis, as contemporaneidades aparentes entre conteúdos e continentes. Um deles, relaciona-se, basicamente, com a eventual construção simultânea de monumentos de diferentes tipos e tem, frequentemente, sido invocado como modelo genérico para resolver discrepâncias entre espólios (ou datações) e arquitecturas.

Levado ao extremo, o conceito de polimorfismo poderia, certamente, inviabilizar qualquer tentativa de ordenamento tipológico sequencial das construções megalíticas, contrariando inúmeras observações gerais que, pelo contrário, apontam no sentido da existência de “fórmulas pré-estabelecidas” (Gonçalves e Sousa, 2003: 207). Na verdade, penso que, com os dados actuais, podemos admitir uma evolução – que não tem que ser linear – das sepulturas simples, fechadas e individuais, até aos monumentos colectivos, de acesso continuado, num processo que implicaria, certamente, uma alteração significativa nos rituais funerários. Por outro lado, um certo polimorfismo seria, sobretudo, a consequência de alguma inércia perante a inovação, assumida em ritmos diferenciados: por exemplo, na época em que foram feitas as primeiras antas de corredor, teriam, por hipótese, continuado, durante algum tempo, a ser construídas as derradeiras sepulturas megalíticas.

Trata-se, em última análise, de um polimorfismo evolutivo, sendo claro que não podemos, hoje, conceber a evolução das arquitecturas megalíticas regionais como um processo independente, em circuito fechado, como, de uma forma mais ou menos assumida, pensava M. Heleno: não restam dúvidas que a passagem das arquitecturas simples para as arquitecturas complexas ocorreu num quadro geográfico muito amplo (Bradley, 1997: 25; Boujot e Cassen, 1998; Joussaume, 1999; Sauzade, 1999: 132, 133; Tarrús, 1999: 112), genericamente associável à fachada atlântica europeia, mas não só, e as diversas formas e ritmos locais são, a meu ver, indissociáveis desse quadro geral.

Na minha opinião, nenhum destes fenómenos – o uso reiterado, a reutilização ou o polimorfismo – permitem explicar todas as anomalias na relação entre arquitecturas e espólios. Convém, segundo penso, considerar igualmente a possibilidade de uma prática sistemática de trasladação de restos mortais e artefactos, de monumentos mais antigos para os novos monumentos que iam sendo construídos.

Esta prática que, provavelmente, tem sido muitas vezes confundida com a do enterramento secundário a partir de uma sepultura provisória – sempre que as ossadas estão incompletas e desarticuladas – explicaria, desde logo, um fenómeno que afecta um número considerável de monumentos, sobretudo dos mais antigos: o respectivo esvaziamento total ou a escassez exagerada de artefactos (Gonçalves, 2002a: 104).

Também alguns monumentos de dimensões apreciáveis aparecem, quando escavados, praticamente desprovidos de espólio, como ocorreu, recentemente, na anta 2 do Olival da Pega (OP2): neste caso concreto, seria de esperar a trasladação dos conteúdos para o primeiro *tholos* que lhe foi anexado (OP2b).

Os geométricos ou as cerâmicas impressas, sobretudo quando ocorrem em contextos demasiado tardios – nomeadamente nos *tholoi* ou nos monumentos de Huelva – seriam provenientes da desactivação de necrópoles mais antigas e da utilização dos respectivos conteúdos, nos rituais de fundação dos novos monumentos. É, eventualmente, num sentido semelhante, que podemos interpretar a afirmação de que “nas Ilhas Britânicas, existem boas bases empíricas para defender que os ossos de certos indivíduos circulavam entre sepulturas e comunidades” (Chapman, 1995: 30). A trasladação não se aplicou certamente a todos os monumentos, fenómeno que se poderia, eventualmente, explicar por qualquer tipo de ruptura linhagística: os inumados em alguns monumentos não teriam, de algum modo, deixado descendentes. Em contrapartida, é perfeitamente aceitável, num quadro explicativo deste tipo, que, noutros casos, vários grupos tenham reivindicado os restos mortais dos seus ancestrados e que estes tenham sido repartidos por mais do que um monumento.

A consequência mais significativa deste modelo (Fig. 6) é que, se aceitarmos a prática das trasladações, estamos certamente perante um substrato demográfico e cultural inalterado, desde, pelo menos, a construção dos monumentos mais antigos, até à construção dos *tholoi*; este indigenismo que, certamente, agradaria a M. Heleno, não implica, antes pelo contrário, evolução interna independente. A construção de vastas redes de interacção, à escala europeia, e as analogias que daí resultaram, são elementos indispensáveis numa avaliação actual dos megalitismos. O desenvolvimento da arquitectura megalítica funerária, no quadro de uma franca expansão demográfica e económica, são elementos fundamentais a ter em conta, tanto mais que é a partir desta época – o tal Neolítico médio – que praticamente deixa de haver territórios devolutos, criando-se, deste modo, um espaço contínuo de trocas de ideias e produtos a que, como acima comentei, esta área não ficou alheia. Sem as peias dos anacronismos nacionalistas, nem os antolhos anti-historicistas da arqueologia processual, abrem-se hoje caminhos de análise diversos, em que importa identificar aquilo que, no megalitismo, são traços efectivamente comuns ou interligados, e os aspectos que caracterizam, em diversos níveis, as histórias locais.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, J.P.M. (1984) – *Atlas do Ambiente*. Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais.
- ALCOFORADO, M; ALEGRIA, M. F; RAMOS, A; SIRGADO, C. (1982) – *Domínios bioclimáticos em Portugal, definidos por comparação dos índices de Gausson e de Emberger*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- ALMEIDA, J. M. P. (2000) – *Estudo estratigráfico do sector de Estremoz-Barrancos, zona de ossa morena, Portugal*. Texto Policopiado (tese de doutoramento). Évora
- ALVIM, P. (2004) – Recintos megalíticos da região da serra de Monfurado e os «Cabeços do Meio-Mundo»: monumentos, paisagem e cultura no Neolítico alentejano. In CALADO, M. (ed) – *Sinais de Pedra. Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida
- ANDRES RUPÉREZ, M. (2000) – El Megalitismo en la Cuenca Alta y Media del Ebro. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Adecap, p. 255-269.
- ANTUNES, A.S; MARTINS, A; VILHENA, J; VIRZEDA SANZ, L; CORREIA, S. (2003) – Intervenções de salvamento na área a afectar pelo regolfo de Alqueva: antas da Bacia do Degebe. In GONÇALVES, V.S. (Ed.) – *Muita gente, poucas antas. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, p. 227-250.
- ARAÚJO, A. C; LEJEUNE, M. (1995) – Gruta do Escoural: necrópole Neolítica e Arte Rupestre Paleolítica. *Trabalhos de Arqueologia*. 8. Lisboa: IPPAR.
- ARAÚJO, A.C; SANTOS, A.I; CAUWE, N. (1993) – Gruta do Escoural - A necrópole megalítica. *TAE. «Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular»*. Porto: [s.n.], III, p. 51-90.
- ARIAS CABAL, P. (1997) – *Marisqueros y agricultores: los orígenes del Neolítico en la fachada atlántica europea*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria.
- ARIAS CABAL, P. (1999) – The Origins of the Neolithic along the Atlantic Coast of Continental Europe. *Journal of World Prehistory*. Washington, 13:4, p. 403-464.
- ARIAS CABAL, P.; ALTUNA, J.; ARMENDARIZ, A.; GONZÁLEZ URQUIJO, J.E.; IBAÑEZ ESTEVEZ, J.J.; ONTAÑÓN PEREDO, R.; ZAPATA, L. (2000) – La transición al Neolítico en la región cantábrica. Estado de la cuestión. *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Adecap, VIII, p. 115-133.
- ARNAUD, J.M. (1971) – Os povoados “Neo-Eneolíticos” de Famão e Aboboreira (Ciladas, Vila Viçosa). Notícia preliminar. *II Congresso Nacional de Arqueologia*, I. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, p. 199-221.
- BLAS CORTINA, M. (2000) – La neolitización del litoral cantábrico en su expresión más consolidada: la presencia de los primeros túmulos. *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Adecap, VIII, p. 215-238
- BOUJOT, C; CASSEN, S. (1998) – Tertres armoricains et tumulus carnacéens dans le cadre de la néolithisation de la France occidentale. In GUILAINE, J. (dir.) – *Sépultures d'Occident et genèses des mégalithismes (9000-3500 avant notre ère)*. Séminaires du Collège de France, Paris : Ed. Errance, p. 107-126.

- BOUJOT, C.; CASSEN, S. (1999) – Tertres armoricains et tumulus carnacéens à la lumière d'une fouille programmée: le tertre de Lannec er Gadouer en Erdeven. *Bull. Soc. Archéo. Et Hist. du pays de Lorient*. [s.l.:s.n.]. 28, p. 7-13.
- BRADLEY, R. (1997a) – *Rock art and the Prehistory of Atlantic Europe*. London: Routledge.
- BUENO RAMIREZ, P. (1988) – Los dolmenes de Valencia de Alcantara. *EAE*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- BUENO RAMIREZ, P. (1989) – Cámaras simples en Extremadura. *XIX Congreso Nacional de Arqueología*. 1. Zaragoza: [s.n.]: 385-397.
- BUENO RAMIREZ, P. (1994) – La necrópolis de Santiago de Alcantara (Cáceres). Una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid: [s.n.]. LX, p.25-96.
- BUENO RAMIREZ, P. (2000) – El espacio de la muerte en los grupos neolíticos y calcolíticos de la Extremadura Española: las arquitecturas megalíticas. *Extremadura Arqueológica*. VIII. Mérida: Junta Extremadura: 35-80.
- BUENO RAMIREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R.; BARROSO BERMEJO, R.; ALDECOA QUINTANA, A.; CASADO MATEOS, A.B. (2000) – Dólmenes en Alcántara (Cáceres). Un proyecto de consolidación e información arqueológica en las comarcas extremeñas del Tajo. Balance de las campañas de 1997 y 1998. *Extremadura Arqueológica*. VIII. Mérida: Junta Extremadura: 129-168.
- CALADO, M. (1993a) – *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.
- CALADO, M. (1994) – A necrópole dolmênica do Lucas (Terena, Alandroal). *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. 2, p. 125-131.
- CALADO, M. (1995) – *A região da serra d'Ossa: introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (edição policopiada).
- CALADO, M. (1997a) – Vale Maria do Meio e as paisagens culturais do Neolítico Alentejano. In Sarantopoulos, P. (Ed.) – *Paisagens arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: C.M. Évora, p. 41-51.
- CALADO, M. (2000b) – O recinto megalítico de Vale Maria do Meio (Évora, Alentejo). *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo (Monsaraz, 1996)*. Lisboa: IPA, p. 167-182.
- CALADO, M. (2001a) – *Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Trabalhos de Arqueologia, 19. Lisboa: IPA.
- CALADO, M. (2001b) – *Levantamento e Estudo da Arte Rupestre do Guadiana. Relatório de Prospecções*. Relatório inédito.
- CALADO, M. (2003a) – *Inventário Arqueológico de Évora*. Relatório inédito inserido no Plano Director Municipal de Évora.
- CALADO, M. (2003b) – Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo). *Muita gente poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*. *Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, p. 351- 369.
- CALADO, M. (2004a) – Entre o Céu e a Terra. Menires e arte rupestre no Alentejo Central. In CALADO, M. *Sinais de Pedra. Megalitismo e arte rupestre na Europa Atlântica*. Évora: Fundação Eugénio d'Almeida.
- CALADO, M. (2004b) – *Menires do Alentejo Central. Génese e evolução da paisagem megalítica regional*. Lisboa: FLL. Tese de Doutoramento policopiada.

- CALADO, M; MATALOTO, R. (2001) – *Carta Arqueológica do Redondo*. Redondo: Câmara Municipal de Redondo.
- CALADO, M; ROCHA, L. (1996) – Neolitização do Alentejo Interior: os casos de Évora e Pavia. *Actas del Congreso del Neolítico a la Península Ibérica*. Gavà: [s.n.]. p. 673-682.
- CALADO, M; ROCHA, A. (2004c) – Relatório de escavação no povoado pré-histórico das Águas Frias. Relatório de escavação. IPA.
- CARREIRA, J.R. (1995-96) – Escavações de Leite de Vasconcelos e Júlio César Garcia em Dolmens de S. Geraldo, Montemor-o-Novo (1898-1900). *Almansor*. 13. Montemor – o – Novo: [s.n.]. p. 5-60.
- CASSEN, S.; BOUJOT, C.; VAQUERO-LASTRES, J. (2000) – *Éléments d'architecture. Exploration d'un tertre funéraire à Lannec er Gadouer (Erdeven, Morbihan). Constructions et reconstructions dans le Néolithique morbihonnais. Propositions pour une lecture symbolique*. Chauvigny: Association des Publications Chauvignaises.
- CHAPMAN, R. (1991) – *La formación de las sociedades complejas. El Sureste de la Península Ibérica en el marco del Mediterráneo Occidental*. Barcelona: Ed. Crítica.
- CRUZ, D. (1992) – *A Mamoia 1 de Chã de Carvalhal no Contexto Arqueológico da Serra da Aboboreira*. Conimbriga/Anexos, 1.
- CRUZ, D. (2001) – *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a pré-história recente*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (tese de doutoramento policopiada).
- DAVEAU, S. (1980) – Espaço e tempo. Evolução do Ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos Pré-Históricos. *Clio*. Lisboa: [s.n.]. 2, p. 13-37.
- DAVEAU, S. [e colaboradores] (1985) – Mapas climáticos de Portugal. Nevoeiro e nebulosidade. Contrastes térmicos. *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*. Lisboa: C.E.G.7.
- DINIZ, M. (2003) – *O sítio da Valada do Mato (Évora). Aspectos da neolitização no interior Sul de Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (policopiado).
- DOMERGUE, C. (1987) – *Catalogue des Mines et des Fonderies Antiques de la Peninsule Ibérique*. Madrid: Diffusion de Bocard.
- ESPANCA, P.J. (1894) – *Estudo sobre as antas e seus congéneres*. Vila Viçosa: [s.n.].
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de arqueologia em Portugal – I. *Al-madan*. II série (8), 104-126.
- FERREIRA, D.B. (1981) – *Carte Geomorphologique du Portugal*. Lisboa: C.E.G.
- FERREIRA, O.V., CAVACO, A. R. (1955-1957) – Antiquidades do Lousal (Grandola). Sepulturas descobertas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE e CEEP. XIII. N.S, p. 190-202.
- GIOT, P.-R.; MONNIER, J.-L.; L'HELGOUAC'H, J. (1998) – *Préhistoire de la Bretagne*. Rennes: Éditions Ouest-France.
- GOMES, M.V. (1997a) – Anta da Belhoa (Reguengos de Monsaraz, Évora). Resultados da campanha de escavações de 1992. *Cadernos de Cultura*, 1. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, p. 39-69.
- GOMES, M.V. (1997a) – Cromeleque da Portela de Mogos. Um monumento sócio-religioso megalítico. In SARANTOPOULOS, P. (ed.) – *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, p. 35-40.

- GOMES, M.V. (1997b) – Cromleque dos Almendres. Um dos primeiros grandes monumentos públicos da Humanidade. In SARANTOPOULOS, P. (ed.) – *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, p. 25-34.
- GOMES, M.V. (2002) – Cromleque dos Almendres. Um monumento socio-religioso neolítico. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Técnica de Lisboa. (texto policopiado).
- GONÇALVES, J. P. (1970) – Menires de Monsaraz. *Arqueologia e História*. [s.l.:s.n.]. IX: II, p. 157-176.
- GONÇALVES, J. P. (1972) – Arte Rupestre de Monsaraz. *Arquivos do Centro Cultura Português*. Paris: [s.n.]. V, p. 489-502.
- GONÇALVES, J. P. (1975) – Roteiro de alguns megálitos da região de Évora. Separata de *A Cidade de Évora*. Évora: [s.n.]. 58, p.3-25.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas (Lisboa, 1880): Uma leitura, seguida da “crónica” de Bordalo Pinheiro. CHUL.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – Manifestações do sagrado na pré-história do Ocidente Peninsular. *Almansor*. Actas do Colóquio Internacional de Arte Pré-histórica. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. 7, p. 289-302.
- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Reverendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC
- GONÇALVES, V. S. (1994a) – A primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis. *TAE*. Porto: SPAE. Actas do 1º Congresso Peninsular de Arqueologia. 1993.
- GONÇALVES, V. S. (1995a) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. *O Megalitismo do Centro de Portugal: Mangualde*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, p. 115-135.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz – Territórios Megalíticos*. [s.l.]: CMMR.
- GONÇALVES, V. S. (2001a) – A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:2, p. 115-206.
- GONÇALVES, V. S. (2002a) – Duas áreas de inesperado avanço sobre a vida e a morte das antigas sociedades camponesas do Guadiana médio - a mega-operação do Alqueva, um balanço dos blocos 3 e 6 em fins de 2002. *Al-Madan*, IIª série, 11, p. 99-108.
- GONÇALVES, V. S. (2002b) – Lugares de povoamento das antigas sociedades camponesas entre o Guadiana e a Ribeira do Álamo (Reguengos de Monsaraz): um ponto da situação em inícios de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5-2. Lisboa: IPA, 153- 189.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) – A anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (Reguengos de Monsaraz). As intervenções de 1996 e 1997 e duas datas de radicarbono para a última utilização da Câmara ortostática. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6-2. Lisboa: IPA, 143- 166.
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – Manifestações do sagrado na Pré-história do Ocidente peninsular. 4. A «síndrome das placas loucas». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6-1. Lisboa: IPA, 131-157.
- GONÇALVES, V. S. (2003c) – *Sítios, “Horizontes” e Artefactos, estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal*. Cascais: Câmara Municipal. 2ª edição revista e aumentada com dois novos ensaios.
- GONÇALVES, V. S. (2003d) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: IPA.

- GONÇALVES, V. S; CALADO, M. e ROCHA, L. (1992) – Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. IXX, p. 391-412.
- GONÇALVES, V. S; SOUSA, A.C. (1997) – A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente Peninsular. *Actas do Colóquio Internacional O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela, Unión Internacional de Ciencias Prehistóricas e Protohistóricas, p. 609-634.
- GONÇALVES, V. S; SOUSA, A.C. (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz. In Gonçalves, V.S., (ed.) *Muitas Antas, Pouca Gente? - Actas do Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, 11-104.
- HELENO, M. (1942) – O culto do machado no Calcolítico português. *Ethnos*. Lisboa: [s.n.]. II, p. 461-464.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: [s.n.]. (n.s.): III, p. 221-237.
- HÖCK, M; KALB, P. (2000) – Novas investigações em Vale de Rodrigo. Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 16, p.159 – 166.
- HOSKIN, M.; CALADO, M. (1998) – Orientations of Iberian Tombs: Central Alentejo Region of Portugal. *Archaeoastronomy*. Cambridge: [s.n.]. 23, p. 77-82.
- JAN, L. M. B. F., Coord. (2003) – *Atlas do Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo*. Setúbal: Comissão de Coordenação da Região Alentejo.
- JORGE, V. O. (1985) – Novas Datações de Radiocarbono para Mamoas do Concelho de Baião. *Arqueologia*. Porto: [s.n.]. 11.
- JORGE, V. O. (1993) – Novas datas de C14 para estações pré-históricas do Norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2ª série, 10, p. 417-432.
- JOUSSAUME, R. (1999) – Le mégalithisme du Centre-Ouest de la France. In GUILAINE, J.(dir.) – *Mégalithismes, de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Editions Errance, p.59-74.
- KALB, Ph. (1981) – Zur relativen chronologie portugiesischer megalithgräber. *Madriider Mitteilungen*, 22, p. 55-77.
- KALB, Ph. (1989) – O Megalitismo e a neolitização no Oeste da Península Ibérica. *Arqueologia*. 20. Porto: GEAP, p. 33-46.
- KALB, Ph. (1996) – Megalithic transport and territorial markers. Evidence from Vale de Rodrigo, Évora, South of Portugal. *Antiquity*. 70, 269, p. 683-685.
- KALB, Ph; HÖCK, M. (1994) – Vale de Rodrigo 3, concelho Évora, Portugal. Vorbericht über die Ausgrabungen 1992. *Madriider Mitteilungen*, 35, p. 69-81.
- KALB, Ph; HÖCK, M. (1997) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Ponte, Évora. In BALBÍN, R; BUENO, P. – *Actas do II Congreso de Arqueologia Peninsular. TII-Neolítico, Calcolítico y Bronce*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, p. 417-423.
- LAGO, M.; DUARTE, C; VALERA, A; ALBERGARIA, J; ALMEIDA, F; CARVALHO, A. F. (1998) – Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 1, p. 45-153.
- LEISNER, G. (1944) – *O Dólmen de Falsa Cúpula de Vale Rodrigo*, Coimbra, Biblos, Tomo XX.

- LEISNER, G. (1948-49) – Antas dos Arredores de Évora. *Separata de A Cidade de Évora*. Évora: [s.n.]. 15-16, 17, 18.
- LEISNER, G. e V. (1951) – A Anta das Cabeças. *Arq. Port.* Lisboa: [s.n.]. I.
- LEISNER, G. e V. (1953) – Contribuição para o estudo das antas portuguesas. A região de Montargil. Concelho de Ponte de Sor. *O Archeologo Português*. Lisboa: [s.n.]. 2: 2, p. 227- 256.
- LEISNER, G. e V. (1955) – *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança-Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G. e V. (1959) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter. II: 2.
- LEISNER, G. e V. (1985) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARCH (reed.).
- LIMA, P. (1992) – *Património de Portel. Recenseamento preliminar (áreas rurais)*. Portel: Câmara Municipal de Portel. 1.
- LOPES, L. (1995) – *Caracterização geológico-estrutural do flanco sudoeste do Anticlinal de Estremoz*. Provas de Mestrado em Geologia dinâmica interna. Policopiado.
- MATALOTO, R. (2004) - Meio Mundo: o início da Idade do Ferro no cume da serra d'Ossa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 139-173.
- MATALOTO, R. (2005) - Meio Mundo2: a fortificação calcolítica do Alto de São Gens (Redondo/Estremoz, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 5-19.
- MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo no Alto Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:1, p. 123-140.
- MATOS, R.; SILVA, M. (1986) – *Curvas de Intensidade – duração – frequência de precipitação em Portugal*. Lisboa.
- MEDEIROS, C. A. (1987) – *Introdução à geografia de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MOHEN, J.-P.; SCARRE, C. (2002) – *Les tumulus de Bougon. Complexe mégalithique du Ve au IIIe millénaire*. Paris : Editions Errance.
- MOITA, I. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: [s.n.]. III s., p. 135-175.
- OLIVEIRA, C. (2001) – *Lugar e Memória. Testemunhos Megalíticos e Leituras do Passado*. Lisboa: Ed. Colibri.
- OLIVEIRA, J. (1995) – *Monumentos megalíticos da Bacia hidrográfica do Sever (Marvão, Castelo de Vide, Nisa, Valência de Alcântara, Herrera de Alcântara e Cedillo)*. Évora: Universidade de Évora. (Tese de Doutoramento policopiada).
- OLIVEIRA, J. (1998b) – *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Ed. Colibri.
- OLIVEIRA, J. T.; OLIVEIRA, V.; PIÇARRA, J.M. (1991) – Traços da evolução tectonoestratigráfica da Zona de Ossa Morena, em Portugal: síntese crítica do estado actual dos conhecimentos. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa: Ministério da Indústria e Energia, T.77, p. 3-26.
- PEREIRA, G. (1887) – Antiquidades de Montemor-o-Novo. *Revista Archeologica e Histórica*. Lisboa: [s.n.]. I: 9.
- PEREIRA, G. (1887) – *Documentos históricos da Cidade de Évora. Segunda parte*. Évora: Typographia

Económica de José d'Oliveira.

PEREIRA, G. (1891) – *Estudos Eborenses. Antiguidades romanas em Évora e seus arredores*. Évora: [s.n.].

PEREIRA, M.F.C.C. (1999) – *Caracterização da estrutura dos domínios setentrionais da zona de ossa-morena e seu limite com a zona centro-ibérica no nordeste alentejano*. Texto policopiado (tese de doutoramento). Évora: [s.n.].

PINA, H.L. (1971) – Novos monumentos megalíticos do Distrito de Évora. *Actas do II CNAF*. Coimbra: [s.n.]. VI, p. 151-161.

REIS, R.M.; GONÇALVES, M.Z. (1987) – *Caracterização climática da região agrícola do Alentejo*. Lisboa: INMG.

RIBEIRO, A.; ANTUNES, M.T.; FERREIRA, M.P.; ROCHA, R. B.; SOARES, A.F.; ZBYSZEWSKI, G.; MOITINHO de ALMEIDA, F.; CARVALHO, D.; MONTEIRO, J. H. (1979) – *Introduction à la géologie générale du Portugal*. Lisboa; Serviços Geológicos de Portugal.

RIBEIRO, O. (1988) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 7ª Edição.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1991) – *Geografia de Portugal. I. A posição geográfica e o território*. Lisboa: Sá da Costa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1991) – *Geografia de Portugal. II. O ritmo climático e a paisagem*. Lisboa: Sá da Costa.

ROCHA, L. (1999) – O megalitismo funerário da área de Pavia, Mora (Portugal). Estado actual da investigação. *II Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*.

ROCHA, L. (2005) – *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Tese de doutoramento policopiada. FLL Universidade Lisboa.

ROCHA, L. (2007a) – O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. vol. 10. Nº 1. Lisboa: IPA, p. 73-94

RODRÍGUEZ-CASAL, A. (1988) – La Necrópolis Megalítica de Parxubeira (San Fins de Eirón, Galicia). *Campañas Arqueológicas de 1977 a 1984*. Monografías Urxentes do Museu, 4. A Coruña.

SALANOVA, L. (2003) – Les sépultures mégalithiques et le phénomène campaniforme. In GONÇALVES, V.S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas?*. *Actas do II Coloquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa, IPA, p. 385-393.

SANTOS, A.C. (2000) – Monumentos megalíticos do concelho de Coruche. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3, p. 485 – 504.

SANTOS, M. F; FERREIRA, O.V. (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: [s.n.]. III: 3, p. 37-62.

SANTOS, M.F. (1971) – A Cerâmica Cardial da Gruta do Escoural. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: AAP, 1, p. 93-95.

SANTOS, M.F. (1974) – Dolmens et Menhirs de l'Alentejo. *Les Dossiers de l'Archeologie*. Dijon: [s.n.]. 4, p. 10-18.

SANTOS, M.F; GOMES, M.V; CARDOSO, J.L. (1991) – Dois artefactos de osso, pós-paleolíticos, da Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora). *Almansor*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-

Novo. 9.

SAUZADE, G. (1999) – Des dolmens en Provence. In GUILAINE, J.(dir.) – *Mégalithismes, de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Editions Errance, p. 125-140.

SCARRE, C. (2004) – Monumentos de pedra "rude" e pedras troféu: a relação com os materiais nos megalitos da Europa ocidental. In CALADO, M. *Sinais de Pedra. Megalitismo e arte rupestre na Europa Atlântica*. Évora: Fundação Eugénio d'Almeida.

SENNA-MARTÍNEZ, J.C; VENTURA, J.M.Q. (2000) – Espaço funerario e “espaço cénico”: a Orca do Folhadal (Nelas). *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueología Peninsular*. Porto: ADECAP. Vol.3, p.379-397.

SERRALHEIRO, R.P. (1997) – *Recursos hídricos do Alentejo perspectivas de utilização duradoura*. Évora: Publicações Universidade de Évora.

SILVA, A.C. (1996) – *Património Arqueológico no Regolfo de Alqueva. Quadro Geral de Referência*. S.I.: Edia.

SILVA, A.C. (1999) – *Salvamento Arqueológico no Guadiana*. Memórias d'Odiana, Estudos Arqueológicos do Alqueva, 1. Beja: Edia.

SILVA, C.T. (1989) – Novos dados sobre o Neolítico Antigo do Sul de Portugal. *Arqueologia*. Porto: [s.n.]. 20, p. 24-32.

SOARES, J. (1996) – Na busca de um passado comum: o Neolítico e as origens do Megalitismo. *Almadan*. Almada: [s.n.]. 5, p. 37-45.

TARRÙS, J. (1999) – Réflexions sur le mégalithisme en Catalogne. In GUILAINE, J.(dir.) – *Mégalithismes, de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Editions Errance, p.109-121.

VALERA, A; MONGE, A; COELHO, M. (2008) – Primeiras datas de radiocarbono para a necrópole de hipogeus da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 2. p.27-30

VARAGNAC, A. (1963) – *O homem antes da escrita*. Lisboa: Edições Cosmos.

VASCONCELLOS, J. L. (1894) – Antas de Monsaraz. *Archeologo Português*. Lisboa: [s.n.]. 1, p. 279.

VASCONCELLOS, J. L. (1894) – Noticias várias. 1. Antas do Termo de Monsaraz (Alentejo). *Archeologo Português*. Lisboa: [s.n.]. 1. p. 222 – 223.

VASCONCELOS, J.L. (1905) – Lista de monumentos que pelo seu Carácter histórico, Arqueológico ou Artístico são susceptíveis de se considerarem Nacionais. *O Archeologo Português*. Lisboa: [s.n.]. X: 1-2.

VASCONCELOS, J.L. (1912) – Dolmens no Alentejo. *O Archeologo Português*. Lisboa: [s.n.]. XVII: 1-9, p. 195.

VASCONCELOS, J.L. (1917) – Anta de S. Brissos. *O Archeologo Português*. Lisboa: [s.n.]. XXII: 1-12, p. 167.

VASCONCELOS, J.L. (1917) – Coisas velhas. Anta de Val'Asnas. *O Archeologo Português*. Lisboa: [s.n.]. XXII: 1-12, p. 167.

VEIGA, S. P. M. E. (1886, 1887a, 1889, 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 4, vols.

VORTISCH, W. (1999) – Geologisch-petrographische Untersuchungen na megalithischen Monumenten – Beispiele aus Portugal. In BEINHAEUER, K.; COONEY, G.; GUKSCH, C.; KUS, S. (eds) – *Studien zur*

Megalithisk. Forschungsstand und ethnoarchäologische Perspektiven. Weissbach: Beier & Beran, p. 275-288.

WHITTLE, E. H.; ARNAUD, J.M. (1975) – Thermoluminescent dating of Neolithic and Calcolithic pottery from sites in central Portugal. *Archaeometry*. Oxford: [s.n.]. 17, p. 5-24.

ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; REYNOLDS de SOUSA, H.; NORTH, C.T.; LEITÃO, M. (1977a) – Nouvelles découvertes de Cromélechs et de Menhirs au Portugal. *CSGP*. Lisboa: [s.n.]. LXI, p. 63-73.

ZBYSZEWSKI, G.; VIANA, A.; FERREIRA, O. V (1977b) – Descoberta de insculpturas com a figura humana estilizada na região de Brotas (Mora). O penedo de Almoinha. *CSGP*. Lisboa: [s.n.]. 61, p. 33-41.

ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa: IPPAR.

Quadro 1. Cronologia absoluta para o megalitismo do Sul de Portugal. A negrito, as datações obtidas (osso humano) para alguns dos monumentos intervencionados por Manuel Heleno.

Monumento	Local	Tipo	Ref. Lab	BP	Cal BC, 1 σ	Cal BC, 2 σ
Cabeçuda 1	Marvão	Anta	ICEN-978	7660±60	6477-6418	6593-6378
Castelhanas	Marvão	Anta	ICEN-1264	6360±110	5430-5220	5450-5060
Figueira Branca	Marvão	Anta	ICEN-823	6210±50	5235-5085	5302-5007
Escoural	Montemor	Gruta	OxA-4444	5560±160	4597-4240	4777-4042
4ª Cabeceira	Mora	Anta	Beta-196094	4780±40	3640-3620	3650-3510
			Wk-17084	4759±41	3640-3510	3640-3490
Escoural	Montemor	Gruta	ICEN-861	4680±80	3626-3368	3646-3125
Sobreira de Cima 3	Vidigueira	Hipogeu	Beta-231071	4670±50	3520-3570	3630-3350
Cabeço Areia	Montemor	Sepultura	Beta-196091	4650±40	3510-3430	3520-3350
Rabuje 5*	Monforte	Sepultura	Beta-191133	4650±50	3530-3350	3620-3590
Escoural	Montemor	Gruta	Lv-1923	4610±60	3516-3138	3626-3104
Sobreira de Cima 1	Vidigueira	Hipogeu	Sac-2260	4530±50	3360-3110	3370-3030
Sobreira de Cima 4	Vidigueira	Hipogeu	Sac-2256	4520±35	3350-3110	3360-3090
Castro Marim	Castro Marim	<i>Tholos</i>	OxA-5441	4525±60	3350-3090	3370-2930
Sobreira de Cima 1	Vidigueira	Hipogeu	Sac-2261	4500±70	3350-3090	3400-2900
Escoural	Montemor	Gruta	Lv-1922	4500±60	3340-3101	3369-2944
Horta	Alter Chão	Anta	Beta-194313	4480±40	3332-3096	3349-3026
Escoural	Montemor	Gruta	Lv-1924	4460±70	3333-3024	3351-2927
Monte Canelas	Portimão	Hipogeu	ICEN-1149	4460±110	3545-2919	3379-2881
Monte Canelas	Portimão	Hipogeu	OxA-5514	4420±60	3260-2920	3340-2900
Escoural	Montemor	Gruta	Lv-1925	4420±60	3311-2923	3336-2911
Bola da Cera	Marvão	Anta	ICEN-67	4420±45	3264-2928	3331-2916
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-153911	4410±60	3265-2919	3335-2906
Monte Canelas	Portimão	Hipogeu	OxA-5515	4370±60	3080-2910	3290-2880
Bola da Cera	Marvão	Anta	ICEN-66	4360±50	3023-2910	3308-2887
OP2b	Reguengos	<i>Tholos</i>	ICEN-955	4290±100	3017-2765	3311-2584
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-176897	4290±40	2910-2890	2930-2880
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-166416	4270±40	2900-2880	2920-2870
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-166422	4270±40	2900-2880	2920-2870
Courelheiros 4	Castelo Vide	Anta	ICEN-976	4240±150	3021-2611	3335-2459
Estanque	Montemor	Anta	Wk-17091	4182±39	2820-2740	2820-2630
OP2b	Reguengos	<i>Tholos</i>	ICEN-956	4180±80	2884-2602	2918-2497
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-176896	4170±40	2880-2670	2890-2600
OP2b	Reguengos	<i>Tholos</i>	ICEN-957	4130±60	2873-2580	2883-2494
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-166423	4100±40	2851-2578	2871-2498
Sobreira de Cima 5	Vidigueira	Hipogeu	Beta-232637	4080±40	2840-2490	2870-2480
CBS-2	Reguengos	Anta	Beta-176899	3900±40	2460-2310	2480-2280
MV1	Serpa	<i>Tholos</i>	Beta-194027	3900±40	2462-2396	2473-2280
CBS-2	Reguengos	Anta	Beta-177471	3840±40	2340-2210	2450-2150
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-166418	3780±40	2280-2140	2310-2050
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-166417	3770±40	2270-2140	2300-2040

STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-166421	3730±40	2200-2040	2270-2020
N. Sª C. Olivais	Estremoz	Anta	Wk-17089	3758±36	2210-2130	2290-2110
Cabeçuda 1	Marvão	Anta	ICEN-979	3720±45	2185-2033	2274-1971
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta-166420	3720±50	2200-2030	2280-1960
Cabeçuda 1	Marvão	Anta	ICEN-977	3650±110	2178-1881	2328-1698
3ª Barrocal Freiras	Montemor	Anta	Wk-17086	3355±35	1700-1600	1740-1530
Castelhanas	Marvão	Anta	OxA-5432	3220±65	1520-1420	1630-1320
4ª Zambujeiro	Montemor	Anta	Beta-196093	3040±40	1380-1260	1400-1190
6ª Bertiandos	Montemor	Sepultura	Beta-196092	1720±40	250-390	230-410

Quadro 2 - Cronologia absoluta (TL) de alguns monumentos do Alentejo Central. Arnaud, 1977.

Monumento	Local	Tipo	Lab	aC
Poço da Gateira 1	Reguengos	Anta	Ox TI -169b	4 510±360
Gorginos 2	Reguengos	Anta	Ox TI -169c	4 440±360
Farisoa 1	Reguengos	Anta	Ox TI -169i	2 405±260
Farisoa	Reguengos	<i>Tholos</i>	Ox TI -169j	2 675±270
Comenda da Igreja	Montemor	Anta	Ox TI -169f	3 235±310

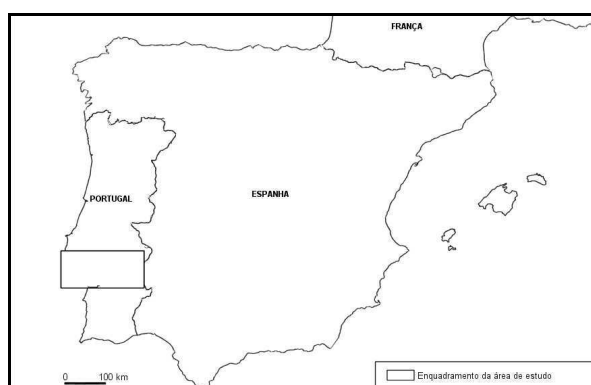


Fig. 1. Mapa de enquadramento na Península Ibérica.

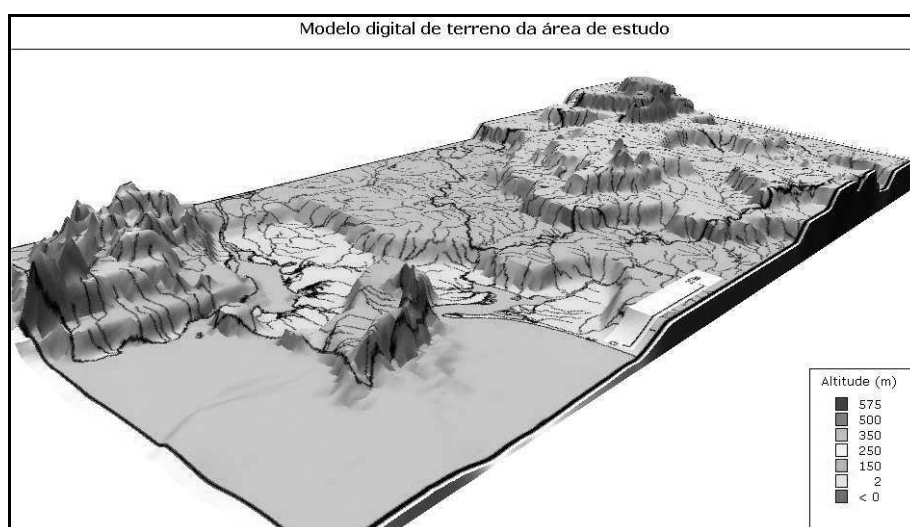


Fig. 2. Modelo digital de terreno da área de estudo.

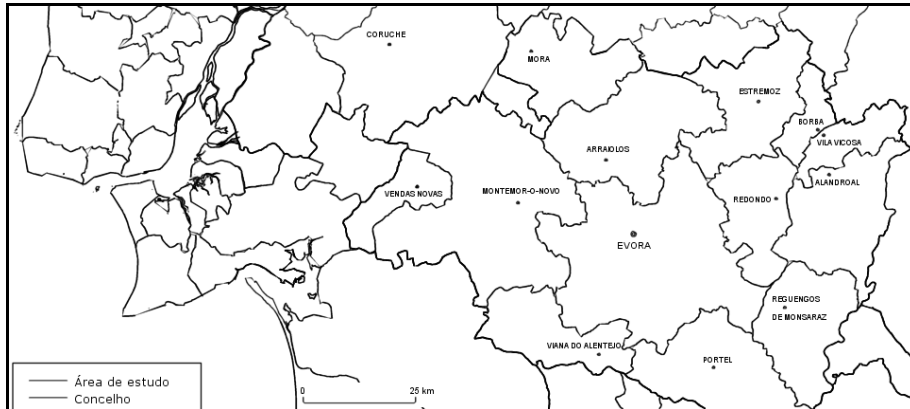


Fig. 3. Mapa administrativo: limites e sedes de concelho.

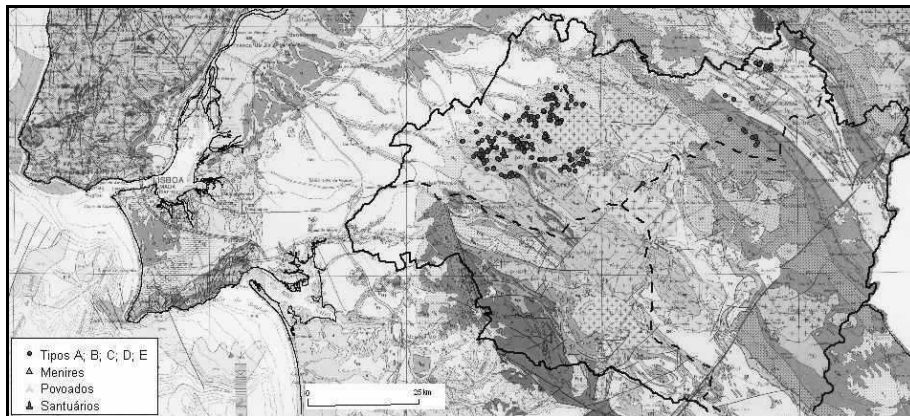


Fig. 4. Mapa geológico com os sítios inventariados por Manuel Heleno.

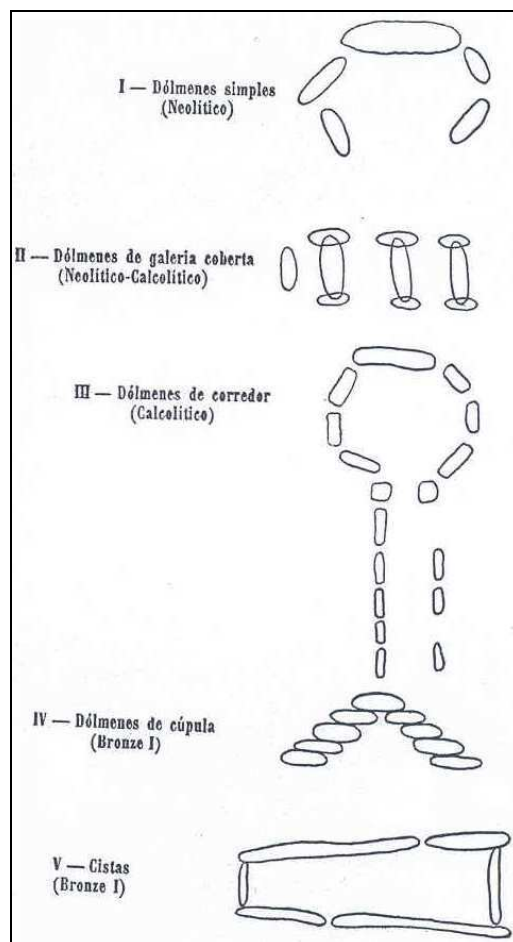


Fig. 5. Proposta evolutiva de Manuel Hेलeno (segundo Vitorino Magalhães Godinho, *in*: Varagnac, 1963: 385).

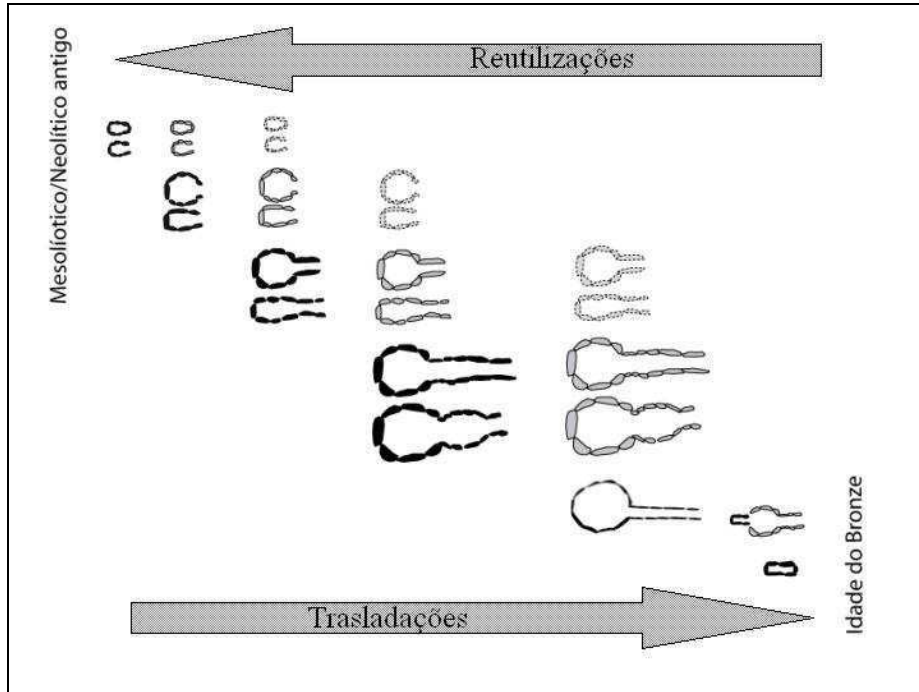


Fig. 6. Modelo gráfico para a relação entre arquiteturas e espólios.